



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILIDADES PEDAGÓGICAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

KARLA CRISTIANNE RODRIGUES NUNES

**OS DIREITOS HUMANOS BATEM À SUA PORTA: A FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

KARLA CRISTIANNE RODRIGUES NUNES

**OS DIREITOS HUMANOS BATEM À SUA PORTA: A FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia,
do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Zaleski Rebuá

JOÃO PESSOA
2019

PRÉVIA DA FICHA

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N972d Nunes, Karla Cristianne Rodrigues.

Os Direitos Humanos batem á sua porta: A formação educacional da Guarda Municipal de João Pessoa. / Karla Cristianne Rodrigues Nunes. - João Pessoa, 2019.

79 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Formação. Guarda Municipal. Direitos Humanos. I.
Título

UFPB/BC

KARLA CRISTIANNE RODRIGUES NUNES

**OS DIREITOS HUMANOS BATEM À SUA PORTA: A FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em
16/05/2019, para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Carlos Eduardo Zaleski Rebuá -
Prof. Dr. Carlos Eduardo Zaleski Rebuá
Orientadora – DHP/CE/UFPB

Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Profa. Dra. Ana Paula Souza Romão Ferreira
Examinador – DHP/CE/UFPB

Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Examinador – DME/CE/UFPB

Dedico esse trabalho ao meu filho, atribuindo a ele a força de lutar a cada dia numa busca incessante por conhecimento, na tentativa de ser o melhor exemplo possível de que nunca é tarde para se recomeçar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, minha mãe, meu irmão e meu filho que estiveram do meu lado na ultrapassagem de todos obstáculos que apareceram durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os amigos, colegas, conhecidos e companheiros de trabalho que de alguma forma me deram um colo, uma palavra amiga ou tiraram um sorriso do meu rosto, quando meu coração só queria chorar. Ressalto aqui as memórias de Milton, Carol, Serrão, Salviano, Alcenir, companheiros de trabalho que faleceram ao longo desses 5 anos de guarda, que cumpriram seu papel e deixaram saudades.

Como falar de minha vida acadêmica sem citá-los? Muito obrigada Dimas, pelo amor expresso em versos de exaltação a nossa vocação. Muito Obrigada Ana Paula pelos esclarecimentos sobre a importância dos saberes que carregamos ao longo da vida. Muito obrigada Walquiria Carvalho e Graça Guerra pelos exemplos de mulheres guerreiras e vitoriosas. Obrigada Carlos Augusto pelos novos horizontes abertos a partir de aulas que nos ensinam pela vida e não somente pelos livros. Rebuá, a ti agradeço imensamente, pela paciência, palavras de consolo e por acreditar no meu trabalho. O senhor foi um anjo politizado que a UFPB me ofereceu nos últimos anos da minha graduação.

A todos que acreditaram em mim, mesmo quando eu mesma não acreditava. Em meu caminho sempre me deparei com pessoas que me impunham um papel de destaque por acreditarem que tinha uma inteligência nata, no entanto sempre me questioneei sobre os rumos que minha vida tomava e por várias vezes pensei em sucumbir aos fracassos que me assolavam. Hoje os vejo como uma sapata (alicerce de uma casa) que está pronta esperando uma construção muito maior.

Faço um agradecimento especial à venda que caiu dos meus olhos e me fez perceber que o conhecimento está em toda parte e que não é um título que vai me fazer melhor ou superior que ninguém, pois simplesmente serei reconhecida academicamente. Esse processo me fará uma profissional capacitada para o trabalho, todavia o conhecimento interpessoal do dia a dia, dos estágios, da relação não só com pessoas próximas, mas também com estranhos são os conhecimentos que agregam real valor a minha vida como um todo, afinal não vivo numa bolha e é através do bom convívio com meus semelhantes que começo a organizar minha vida e deixo por onde passo um sorriso que reluz todo o amor que tenho dentro de mim e que seria injusto ser reprimido.

Não poderia deixar de lado aqueles que tornaram meus dias corridos mais amenos, que por muitas vezes incumbiram a mim a função de escutá-los e tentar apaziguar contendas do dia a dia. Sinto-me lisongeadada por esses votos e queria que soubessem que apesar do modo de ser por vezes ríspido sempre pensei em estar ajudando de alguma forma e ser direta já me causou muitos problemas, no entanto não dissimular meus atos para aqueles por quem tenho real afeto considero uma qualidade.

Sei que com passar dos anos nossos caminhos poderão ser distintos, mas faço questão de deixar registrados meus votos de felicitações e de eterna gratidão ao grupo do Buraco, que não irei citar nome por nome dos componentes pois ele está sempre agregando novos participantes que conseguem transformar um assunto acadêmico numa piada e correlacionar os problemas da vida aos teóricos estudados nos mais diversos cursos da UFPB. Destaco aqui minha amiga Maraiane como modelo a ser seguido da luta e da superação no meio acadêmico.

Meu último agradecimento, mas não menos importante vai para você, a quem não preciso citar em palavras, mas que esteve ali presente, acreditando em mim, me apoiando e que mesmo longe sempre torceu por mim. Obrigada.

“Nada no mundo é mais perigoso que a ignorância sincera e a
estupidez consciente.”

Martin Luther King

RESUMO

A pedagogia como área de atuação tem colaborado com o processo de formação de crianças, jovens e adultos, atuando na gestão, na supervisão, no planejamento e em sala de aula. Esse trabalho pretende dar visibilidade a um enorme leque de oportunidades além da escola, pois compreendemos que a ação pedagógica é atuante em todos os momentos de nossa vida. Nosso estudo traz como objeto a Guarda Civil Municipal de João Pessoa, focalizando no processo de construção de saberes oriundos da educação formal e das experiências enfrentadas ao longo da atuação dos guardas. Para elucidação dessa problemática utilizamos uma pesquisa bibliográfica e documental relacionada às temáticas sobre os direitos humanos e o papel da Guarda Municipal, valendo-nos de artigos, revistas, livros, cartilhas e documentos legais. Fizemos uso de uma pesquisa participante, com abordagens quantitativa e qualitativa, onde utilizamos questionários, entrevistas gravadas e a observação dos cursos de capacitação oferecidos aos guardas no ano de 2018. Nesse processo os guardas puderam ser identificados, expressando seus conhecimentos e relatando fatos históricos sobre a Guarda que não haviam sido registrados. Acrescentamos perspectivas futuras de retomada desses estudos para a construção de projetos pedagógicos voltados para os agentes de segurança do município.

Palavras-chave: Formação. Guarda. Conhecimento. Experiência. Direitos Humanos.

ABSTRACT

Pedagogy as an area of activity has collaborated with the process of training children, youth and adults, acting in the management, supervision, planning and in the classroom. This work aims to give visibility to a wide range of opportunities beyond school, because we understand that pedagogical action is active in all moments of our life. Our study brings as object the Municipal Guard of João Pessoa, focusing on the process of building knowledge from formal education and experiences faced throughout the guards' performance. In order to elucidate this problem we use a bibliographical and documentary research related to the themes on human rights and the role of the Municipal Guard, using articles, magazines, books, booklets and legal documents. We used a participatory research, with quantitative and qualitative approaches, in which we used questionnaires, recorded interviews and the observation of the training courses offered to the guards in the year 2018. In this process the guards could be identified, expressing their knowledge and reporting historical facts about the Guard that had not been recorded. We added future perspectives to resume these studies for the construction of pedagogical projects aimed at the municipal security agents.

Key words: Formation. Guard. Knowledge. Experience. Human rights.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Área de atuação na guarda;
- Gráfico 2: Grupo operacional;
- Gráfico 3: Faixa etária dos entrevistados;
- Gráfico 4: Grau de escolaridade dos entrevistados;
- Gráfico 5: Cargo de atuação na guarda;
- Gráfico 6: Construção de sujeitos;
- Gráfico 7: Conhece a constituição brasileira;
- Gráfico 8: Reivindicou seus direitos através da ouvidoria;
- Gráfico 9: Sofreu constrangimento por superior;
- Gráfico 10: Observou abuso sexual ou moral em serviço;
- Gráfico 11: Mediou conflitos para evitar processos;
- Gráfico 12: Utilizou de técnicas de imobilização ou força;
- Gráfico 13: Sofreu algum tipo de agressão em serviço;
- Gráfico 14: Meios internos de comunicação;
- Gráfico 15: Conhecimentos de cursos ofertados.

SIGLAS

CE-PMPB	Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba
CIOP	Centro Integrado de Operações Policiais PB
COPAM	Coordenadoria de Proteção do Patrimônio
DEVIP	Departamento de Vigilância da Prefeitura
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEM	Guarda do sexo feminino
GAAM	Grupo de Ações Ambientais
GATUR	Grupo de Apoio ao Turista
GCM-JP	Guarda Civil Municipal de João Pessoa
GM	Guarda Municipal
GRE	Grupo de Ronda Escolar
GOT	Grupo Operacional Tático
PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEMUSB	Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania
SEMAN	Secretaria de Meio Ambiente
SESUR	Secretaria de Serviços Urbanos
SUGAM	Superintendência da Guarda Municipal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VTR	Viatura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I: CONHECENDO A HISTÓRIA DA GUARDA	17
2.1	Resgatando a Guarda Municipal de João Pessoa	19
2.2	Composição, hierarquia e atuação das mulheres na guarda	22
2.3	Formação: A relevância da escolarização no campo de atuação	26
3	CAPÍTULO II: A VALORIZAÇÃO DO DIREITOS HUMANOS	32
3.1	Uma visão panorâmica dos Direitos Humanos pelo mundo	34
3.2	Qual a influência dos Direitos Humanos no Brasil	38
3.3	O direito dos bandidos	41
4	CAPÍTULO III: METODOLOGIA	44
4.1	Trabalho de campo: Redefinindo parâmetros de pesquisa	48
4.2	Observando os cursos ofertados aos gems	57
4.2.1	Cursos presenciais	59
4.2.2	Cursos à distância	62
5	CAPÍTULO IV: EXISTEM PARÂMETROS PARA IMPARCIALIDADE	64
5.1	O meu lugar de fala	65
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICES	74
	Apêndice I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	75
	Apêndice II: Questionário 1	77
	Apêndice III: Questionário 2	79

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a distorção existente entre a utilização real, o conceito fabricado e o modelo institucionalizado¹ atribuído a Declaração dos Direitos Humanos construída pela classe dos guardas civis municipais de João Pessoa através da junção de conhecimentos oriundos de cursos de formação, da mídia e das vivências extraídas das próprias experiências do dia a dia.

A Declaração dos Direitos Humanos têm como objetivo central a garantia dos direitos fundamentais de homens e mulheres, sendo de suma importância um planejamento educacional voltado para essa área. Observamos que a temática já fora deveras vez abordada no âmbito educacional. Estudos e reflexões históricas são analisados e refletidos a fim de garantir uma educação voltada para crianças que venha a gerar reflexões e atitudes futuras ao caos da extirpação de direitos que o cidadão tem sofrido ao longo dos anos.

Consideramos projetos em longo prazo como reflexos de um modelo educacional existente em nosso país, onde a equiparação de acesso e permanência na educação por classes distintas se dá inicialmente pela reestruturação do ensino fundamental constituído por 9 anos, partimos para um projeto imediatista baseado na política educacional sobre direitos humanos para os guardas municipais atuantes em João Pessoa no ano de 2018.

Através da coleta de dados sobre o conhecimento já adquirido por essa categoria e percebendo a emergência da significação dessa temática em enfrentamento ao elevado índice de violência² faremos uma análise correlacionando a teoria e a prática.

Adorno (2006) aponta o período de transição democrática, onde uma política de dor, repressão e perseguição determina a formação cultural de uma sociedade. Nesse contexto os períodos anteriores a implementação da Declaração dos Direitos Humanos foram marcados pela dor e desrespeito ao ser humano e mesmo após sua implementação esse processo repressivo continuou de forma velada através de um movimento na construção cultural de uma sociedade ainda apática pela violência e reprodutora da opressão.

A conscientização trazida da reflexão crítica sobre o movimento educacional destinado às classes populares, que representam maior número na população, traz consigo um novo olhar

¹ A palavra “instituição” deriva do latim institutio, onis. l- Método; sistema; escola; seita; doutrina” (TORRINHA, 1945, p. 434). O termo institucionalizada foi aplicado nesse termo, visando o entendimento da declaração como uma pessoa física ou palpável e a culpabilizam pelo enfrentamento aos atos de atrocidade cometidas.

² Reportagem indica alta nos índices da violência e sinaliza a proporção da violência por 100 mil habitantes, colocando a capital paraibana como uma das mais violentas do mundo ocorrida s no Brasil. <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>

inquisidor de novas oportunidades. Na concordância Paulo Freire (1992) aponta esse movimento como um período de florescimento da educação popular e libertadora, que por sua vez dá aos sujeitos um real processo educacional onde o conhecimento é gerado a fim de entender e direcionar soluções para os problemas sociais existentes e não o simples engajamento num mercado de trabalho que continuaria um processo exploratório de mão de obra “qualificada”³.

Os guardas civis municipais de João Pessoa atuam de forma preventiva e ostensiva na busca incessante por ordem e efetivação dos direitos dos cidadãos, no entanto ainda é obscuro seu papel na segurança pública do município por falta de conhecimento da população assistida por ela. A escolaridade mínima é exigida, bem como exames médicos, psicológicos e físicos que compreendem pré-requisitos para sua atuação em campo, além disso, cursos de capacitação periódicos são oferecidos para aprofundamento e aquisição de novos saberes necessários inerentes a função.

Dentre os cursos oferecidos com temáticas sobre a Declaração dos Direitos Humanos a simples menção a esse nome já transfere ideologias plantadas por um processo midiático e experimental, onde estes direitos visam apenas a proteção de infratores. A personificação desta declaração é taxativa e seu papel acaba por ser totalmente distorcido. Programas jornalísticos de forma inconsequente incitam o ódio da população amedrontada com a crescente propagação da violência e ao cenário da insegurança pública.

Diante deste cenário, o olhar para essa questão é muito importante porque envolve vários processos sociais e humanos. Esta pesquisa ajudará a refletir sobre novas estratégias para o atendimento a agentes de segurança que propagaram um olhar reflexivo sobre a importância de cada indivíduo na sociedade. Além do que, poderá contribuir na análise e no estudo acerca desta problemática, uma vez que, ainda que tenhamos uma vasta produção bibliográfica acerca do tema o recorte teórico-prático, tendo como lócus da pesquisa, a UFPB, ainda carece de maiores aprofundamentos para uma educação voltada aos agentes de segurança pública, entendendo esses sujeitos como multiplicadores do conhecimento.

Este estudo busca ajudar a solucionar os problemas enfrentados pelos guardas civis municipais de João Pessoa, para que não propaguem uma ideia errônea dos direitos humanos só para infratores, devido às dificuldades enfrentadas no seu cotidiano provocadas por situações

³ qualificação específica voltada para o trabalho e não um processo de escolarização formadora de um sujeito crítico. Segundo Le Boterf (1995) competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado.

que são manipuladas a fim de desqualificar o ser humano por trás da farda de agente de segurança pública. Souza (2011) traduz o estereótipo como:

conjunto de características presumidamente partilhadas por todos os membros de uma categoria social. É um esquema simplista mas mantido de maneira muito intensa e que não se baseia necessariamente em muita experiência direta. Pode envolver praticamente qualquer aspecto distintivo de uma pessoa – idade, raça, sexo, profissão, local de residência ou grupo ao qual é associada.

Através desse conceito da psicologia social passamos a compreender melhor como a repúdia ou o afeto pode ser associado a um grupo, pautado em pressuposições e quando analisamos esse mesmo grupo pautados com esteriótipos incumbidos a eles, surgem características nem sempre procedentes. Daremos aqui voz aqueles que saem de suas casas para o trabalho, que são julgados pelo uso da farda (símbolo da instituição que identifica seu papel de autoridade), que ao cumprimento do seu dever escutam o entoar de vozes dizendo que não é mais do que sua obrigação e que quando não voltam pra casa são esquecidos, pois sabiam que poderiam não voltar.

Analisando dados fornecidos por questionários visualizamos uma perspectiva de desenvolver melhores relações a respeito do processo de formação continuada, com suporte diferenciado, promovendo assim a principal mudança nas atitudes pessoais, tendo em vista que não adianta dizer que a declaração dos direitos humanos é para todos se todos não têm acesso a mesma, deixando de lado suas pré concepções culturais. Cultura esta que forma sujeitos a partir da imposição social repleta de valores morais, éticos, religiosos, entre outros, que fazem com que os mesmos sujeitos gerem seus julgamentos precedendo situações que nem sempre possuem domínio conceitual.

A partir da hipótese de que a formação na Guarda articula pedagogia e experiência trazemos nesse trabalho como objetivo principal compreender como se deu o processo de distorção da conceituação e contextualização da Declaração Universal dos Direitos Humanos pelos guardas civis municipais de João Pessoa.

Para melhor direcionamento nesse estudo trouxemos como objetivos específicos:

- Resgatar os aspectos históricos da formação da guarda municipal de João Pessoa;
- Investigar os contextos históricos e sociais pertinentes a declaração dos direitos humanos;
- Identificar os sujeitos que se formaram a partir pela interseção das formações anteriores e das experiências de trabalho dos guardas civis municipais no ano de 2018;
- Analisar a conceituação contextualizada e distorcida dos direitos humanos;

- Refletir sobre a unificação de diretrizes dos direitos humanos entre guardas municipais com diversos níveis de escolarização.

Os capítulos desse trabalho perpassam por um breve histórico sobre a fundação da Guarda no Brasil e no município de João Pessoa, dando ênfase aos processos sociais de construção de conhecimentos dentro da GCM-JP. Decorremos sobre uma breve explanação sobre a Declaração dos Direitos Humanos, a negação dos direitos do homem na Segunda Guerra Mundial, relatos de notícias atuais sobre a atuação das reivindicações dos Direitos Humanos e a conceituação midiática sobre a mesma.

Por fim explanamos os dados obtidos pela pesquisa, suas contradições e a partir da análise desses dados a formação dos sujeitos que compoem a Guarda Mnicipal de João Pessoa, partindo do entrelaçamento dos conhecimentos adquiridos por uma educação formal e do aprimoramento das vivências ao longo dos anos de trabalho.

2 CAPÍTULO I: CONHECENDO A HISTÓRIA DA GUARDA MUNICIPAL

As primeiras civilizações gregas⁴ tidas como berço das civilizações democráticas se organizavam mediante preceitos culturais e morais que regiam suas diretrizes. Dentre essas diretrizes eram colocadas normativas que visavam o bem comum da sociedade e para que essas normativas fossem efetivadas foram criados cargos hierárquicos que demarcam a posição social de cada indivíduo na sociedade. Mediante essa estrutura alguns indivíduos foram incumbidos da missão de efetivar essas práticas de enquadramento e respeito ao regime de poder instaurado nessa situação. As civilizações gregas trouxeram um rico material influenciado por aspectos filosóficos, econômicos, políticos, artísticos entre outros que por sua vez analisavam a realidade a sua volta.

No Brasil, a primeira instituição policial paga pelo erário⁵ foi o regimento de cavalaria regular da capitania de Minas Gerais, organizado em 9 de junho de 1775, ao qual pertenceu o alferes Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes). No entanto só com a vinda da família real portuguesa para o Brasil foi criada em 13 de maio de 1809 a Divisão militar da Guarda Real da polícia. Em um momento conturbado da história Dom Pedro II através da Regência Trina Provisória efetivou a nomenclatura da Guarda Municipal em cada distrito de paz na data de 14 de junho de 1831.

Devido às mudanças incessantes nos cargos que legitimam a nação, disputadas de poder restringiram as competências de certas instituições e as sobrepuseram com outras a fim de colocarem a sua frente indivíduos que resguardavam os mesmos propósitos de permanência nas altas classes sociais.

Em 1988 a partir do dispositivo da carta magna a guarda municipal foi reestruturada e no Art. 144 da constituição brasileira traz em seu texto :

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.(CONSTITUIÇÃO, BRASIL, 1988)

⁴ Quando falamos em ideal de democracia não há como não pensar na clássica democracia grega, especialmente a ateniense onde todos exerciam diretamente o seu poder de decisão onde o exercício da atividade política era possibilitado a todos os cidadãos. Link: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/historia-democracia-grega/>

⁵ Tesouro público; a reunião do dinheiro e dos bens que pertencem ao Estado; conjunto dos recursos financeiros de um país. Etimologia (origem da palavra *erário*). Do latim aerarium.

Nessa Lei é dado o primeiro passo na reestruturação do modelo executivo vigente no que diz respeito à segurança pública. As guardas municipais são organizações de natureza eminentemente civil, diferente de organizações militares que foram incentivadas no período da ditadura a utilizarem de força e repressão para execução de penalidades que restringiam os direitos civis dos cidadãos.

Cabe aos municípios através de leis oriundas da câmara de vereadores a criação de guardas municipais como instrumento de segurança pública do município. A GCM-JP como é conhecida pode ainda auxiliar e trabalhar em conjunto com outros órgãos de segurança pública. Em uma leitura contemporânea o cidadão é reconhecido como principal peça instrumentalizadora do município e por esse motivo as ações da guarda municipal vão muito além da proteção de espaços físicos.

A cor azul está estampada nos uniformes e é reconhecida como oficial em maior parte das guardas municipais, chamando-se então nação azul marinho. Outros aspectos são eloquentes a função, como o uso de uma linguagem específica utilizada na comunicação via HT⁶, onde o código Q⁷ é utilizado juntamente com as especificações por letras em formas de palavras⁸ e sequências numéricas são ditas na forma ordinal⁹.

E em reconhecimento a eminente força da violência e dos instrumentos por ela usados, as guardas municipais instauradas em cidades com mais de 55 mil habitantes deverão ser armadas e o porte de arma¹⁰ estão autorizadas para execução de suas atividades, atividades estas previstas na Lei 13.022/2014 dispendo:

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I. A proteção aos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II. Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III. Patrulhamento preventivo;
- IV. Compromisso com a evolução social da comunidade e;
- V. Uso progressivo da força

⁶ Rádio de comunicação utilizado para transmissão de ocorrências relacionadas ao dia a dia do trabalho.

⁷ Código variável de 3 letras que minimiza o tempo de conversação no ht, tornando-a mais compreensível e eficaz a transmissão de dados em serviço. Monteiro(2000) completa que a linguagem não é mera transmissão de conteúdos, trata-se de um meio de manter relacionamentos em situações distintas.

⁸ Forma pela qual sequências de letras são faladas no ht, visando a quebra dos ruídos da comunicação.

⁹ Forma como as os números são falados no ht, na tentativa de evitar equívocos na transmissão, devido a fonética similar de alguns números.

¹⁰ A Lei 13.022/2014 decorre de projeto apresentado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), aprovado pelo Congresso Nacional. “Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei”, diz o texto oficial. Estabelece, porém, que o direito pode ser suspenso “em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente”.

Nesse prisma a atuação da guarda municipal desponta como além da segurança patrimonial, passando a assegurar todos os cidadãos que configuram o município de sua jurisdição como patrimônio humano. Nesse momento o papel da guarda ganhou maior abrangência e incubência de maiores responsabilidades.

2.1 Resgatando a Guarda Municipal de João Pessoa

No ano de 1987, em João Pessoa, o prefeito Carneiro Arnald criou o Departamento de Vigilância da Prefeitura (DEVIP), que fazia parte da Secretaria de Serviços Urbanos (SESUR) e juntou na DEVIT todos os vigilantes do município.

A Guarda Municipal de João Pessoa foi criada em 29 de junho de 1990, através da lei municipal de nº 6.394, através do prefeito Carlos Mangueira, com aproximadamente 350 homens (figura 1).



Figura 1: Efetivo representativo 1ª Base da Guarda Municipal de João Pessoa em 1994.
Fonte:Foto de arquivo pessoal

Observamos um macro contexto, caracterizado por uma progressiva precarização social e de trabalho (APPAY, 1997) e por um sistema jurídico-policial com problemas estruturais e fortes resquícios autoritários, a despeito das tentativas de reforma da Segurança Pública desde o início incompleto processo de democratização brasileiro (BRETAS, 1997).

O contexto abordado nesta pesquisa remeteu a uma série de problemas pertinentes a gestão pública, abarcando desde problemas estruturais, materiais, organizacionais do trabalho e em foco os processos de formação continuada oriundo de cursos de aprofundamento na área. Ressaltando que mesmo encontrados diversos problemas o foco deste trabalho são os processos metodológicos utilizados na construção do conhecimento dos guardas, bem como o resgate da formação inicial dos mesmos sujeitos.

Em 1997, a Guarda Municipal passou a ser a Coordenadoria de Proteção do Patrimônio e Serviços Municipais (COPAM), através da lei complementar nº 11 de 13 de janeiro de 1997.

No ano de 2001 , passou a ser Superintendencia com a denominação de Superintendência da Guarda Municipal (SUGAM) , através da lei complementar 25, de 31 de maio.

Ao longo dos anos a GCM-JP passou por uma mudança de perfil social provocada pela efetivação de suas ações. No processo de formação inicial da guarda apenas oitenta indivíduos fizeram um curso de capacitação junto ao CE-PMPB, sendo que somente quarenta indivíduos foram redirecionados de funções de segurança para a guarda municipal, já os demais foram trazidos de cargos de prestação de serviço das mais diversas áreas, desde jardinagem, serviços gerais, entre outros foram incluídos no quadro como guardas auxiliares. Nos anos iniciais não eram exigidos pré requisitos educacionais para o ingresso na instituição e cursos de aperfeiçoamento das funções eram ofertados em parceria com instituições militares com o intuito de padronização de procedimentos.

Devido ao baixo nível de escolarização e a não adaptação desses cursos a esse público alvo a captação do ensino se fez desmembrada, fragmentada ao ponto de tornar irrelevantes textos que capacitaram a construção de um indivíduo crítico e propagador de saberes que determinariam a construção da identidade civil da instituição. As ações nesse momento se davam explicitamente em relação à conservação e proteção dos espaços públicos.

O papel de vigilantes era taxado pela população como única prerrogativa da função e a inserção de militares em cargos de comando traziam consigo outros precedentes de subordinação a outra instituição com deveres distintos. O cargo de comandante era assumido por militares que traziam consigo uma cultura proveniente de suas funções anteriores, todavia não existiam regimentos ou qualquer outro documento oficial que legitimasse esse processo de militarização¹¹.

Apesar da falta de conhecimento das funções da Guarda pela população paraibana, em sua primeira década de existencia a Guarda exercia funções de salva-vidas (Corpo de Bombeiros), controle de som urbano (SEMAN), condicionamento e redirecionamento de ambulantes (SEDURB) e contenção de deslizando de barreiras (Defesa Civil).

Ao longo dos anos inúmeros sujeitos ingressaram na composição do corpo da GCM-JP, por meio de contratos renovados ano após ano. Estes prestadores de serviço exerciam de forma igualitária todas as funções inerentes aos cargos da Guarda que fossem dispostos, desde serviços burocráticos a serviços operacionais.

¹¹ A militarização possui sentido amplo e é definida por Cerqueira (1998,p. 140) como “um processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrina, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza policial, dando assim uma feição militar às questões de segurança pública”.

Em 30 de novembro de 2011 o prefeito José Luciano Agra de Oliveira assinou a lei complementar nº 65 que dispõe sobre o plano de cargo, carreira e remuneração (PCCR) da superintendência da guarda civil municipal-SUGAM. Somente a partir do PCCR foram instauradas limites para o exercício das funções dos guardas com obrigatoriedade de pertencerem ao quadro efetivo da prefeitura, tabelamento de remunerações e processos de ascensão salarial por tempo de serviço e ou graduação. Nesse documento também foi indicado que ao cargo de maior hierarquia da instituição, o cargo de comandante deveria ser ocupado por um guarda de carreira.

No ano de 2012 foi realizado novo concurso pautado nas exigências do PCCR a fim de estabelecer um número mínimo de servidores para realização das demandas da instituição. Nesse documento continham também especificações com relação a progressões funcionais e destacamento de remunerações de acordo com a origem dos funcionários, os cargos que ocupassem, bem como especificidades de carga horária com plantões flexíveis mediante a necessidade do serviço.

Devido a efetivação deste concurso público em 2014 ingressaram 250 novos guardas e a Guarda municipal se viu obrigada a oferecer cursos profissionalizantes registrados e direcionados a todos os órgãos pertencentes a segurança pública mencionados no Art. 144 da constituição brasileira, sendo eles: Polícia rodoviária federal, polícia federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Algumas ações (figura 2) foram realizadas na tentativa de integração entre o quadro anterior e o novo quadro de funcionários



Figura 2: Confraternização de São João na atual Base da GCM-JP.

Realizada na atual base da guarda envolvendo todos os guardas.

Link: <https://www.instagram.com/p/BV8MRecAHE8//igchid=1ay7g7v7djfc5>

Em 25 de janeiro de 2013, por meio da Lei ordinária 12.468 foi criada a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania (SEMUSB)(figura 3) a qual a SUGAM é

subordinada. Dentre os principais objetivos dessa lei estão: A instauração do plano municipal de segurança urbana e cidadania do município, promover a segurança dos bens públicos e de seus usuários, implantar postos fixos da Guarda Municipal em pontos estratégicos da cidade, etc.



Figura 3:Brasão da gcmjp com subordinação a SEMUSB
Fonte: Arquivo da guarda

O ingresso desses novos servidores que se deu no ano de 2014 e o que parecia ser legítimo passou a ser tido como ameaça. Cargos de supervisão foram instaurados e indicações foram utilizadas no processo avaliativo para tais funções de modo a “valorizar¹²” as experiências e o tempo de serviço.

Em 4 de abril de 2016 o PCCR foi alterado pela lei complementar 96. Na lei em questão estão contidas atribuições e especificações com relação a futuros ingressantes, ainda estipulando cursos de reciclagem que permitiriam uma troca homogênea de conhecimentos que fortalecesse a instituição e o servidor por ela representado.

No ano de 2018 a Guarda Municipal de João Pessoa está sobre o comando do Guarda Municipal GCM José Severino de Figueiredo e sub comando o GCM Diogo Abrantes da Silva Guedes Serra, subordinada ao Secretário de Segurança Pública Municipal Sargento Dênis.

2.2 Composição, hierarquia e atuação das mulheres na Guarda

Segundo os arquivos internos da instituição a guarda municipal de João Pessoa no ano de 2018 é composta por 607 guardas, sendo 510 homens e 97 mulheres, distribuídos em funções operacionais, burocráticas, de resguardo do patrimônio público e de seus habitantes. No último concurso realizado em 2012 foi compreendida uma necessidade de 250 guardas para efetivação das demandas de serviço, sendo 175 vagas destinadas ao sexo masculino e 75 ao sexo feminino.

¹² valorização não contemplada por todos os guardas, tendo em vista o número de cargos comissionados serem mínimos e os critérios para essa valorização serem desconhecidos.

Sendo assim, foi ofertado um percentual de 42,85% para o efetivo feminino, no entanto ao se unificar ao quadro já existente esse percentual cai para menos de 20%.

Constatando os graus hierárquicos relevantes ao exercício de funções gerais da guarda temos em ordem decrescente:

prefeito	Gestor eleito por voto direto da população, detentor das designações dos demais cargos comissionados, tendo a obrigatoriedade de fazer as publicações em semanário oficial;
secretário da Semusb	Responsável pela captação e designação de verba pública e ou parcerias. Sendo também responsável pela contratação de prestadores de serviço para o funcionamento da semusb, tendo ciência de que os mesmos não podem exercer funções no corpo da guarda.
Comandante:	Figura representativa, pertencente ao quadro efetivo da guarda, que traz consigo o resgate da identidade da guarda, tornando se a figura mais importante do quadro efetivo da instituição;
Subcomandante	Ao lado do comando analisa e interage nos projetos de interesse da da guarda junto à sociedade. Na ausência do comandante é o primeiro na linha de sucessão;
Diretor operacional:	Responsável pelo cumprimento das demandas de serviço, bem como da análise de pessoal necessário para sanar

	eventuais problemas referentes a operações de rua, como: o patrulhamento ostensivo e preventivo;
Inspetor	Responsável por funções diárias específicas destinadas a grupos ou áreas de atuação da guarda.
Subinspetor	Auxiliar e sucessor dos inspetores para realização de mesmas funções.
Gcm	Guarda Civil Municipal incumbido das funções operacionais de resguardo do patrimônio público e humano do município. Podendo exercer suas funções em postos fixos, patrulhamento ou seguindo as demandas de serviço diárias.

Ainda sobre os cargos citados podemos afirmar que os cargos de inspetoria e subinspetoria mantém maior proximidade com os guardas, tendo em vista que tem uma subdivisão menor, onde podem compreender melhor as especificações de cada indivíduo.

As funções são as mesmas para ambos os sexos, sem distinções legais, porém é nítido um percentual elevado de guardas do sexo feminino em funções administrativas referentes a cargos auxiliares. O processo de hierarquização ocorre por indicação aos cargos superiores administrativos e de comando e a meritocracia parte da avaliação do secretário da Semusb, secretário que não é componente do quadro efetivo e advém da indicação do prefeito vigente.

Saffioti(1992) atesta a relação entre os gêneros , trazendo a tona um machismo institucionalizado oriundo de uma sociedade patriarcal, onde não somente o homem subjuga a mulher, pois a mesma também fomenta uma cultura machista inconscientemente. Precisamos entender que a relação de gênero bem como a desconstrução desse machismo é dada a partir de uma concepção de que cada ser tem o seu papel na sociedade e pode se capacitar para exercer quaisquer funções.



Figura 4: 1º Congresso das guardas femininas de Pernambuco.

Representantes da guarda municipal de João Pessoa.

Link: <https://www.instagram.com/p/BmaxjX3jMPU/?igshid=1cgxolzqy8iv3>

Dentre os cargos de inspetoria e diretorias existe apenas uma GCM FEM no cargo de subinspetoria, com isso marcamos o número irrisório do gênero feminino em cargos de liderança efetiva chegando a pouco mais de 3%.

Desta forma os critérios não são específicos para ascensão hierárquica e apesar da existência de um regimento e plano de cargos e carreiras que categoriza os gcms em nível 1, 2, 3 e especial, existem brechas legais e os trâmites burocráticos que retardam ou negligenciam a elevação na escala hierárquica pautada na lei. Esse processo é notado entre outros casos nos pedidos de ascensão por graduação que acarretaria em acréscimo salarial previsto em lei, no entanto esses pedidos são negados sem justificativas recorrentemente.

Como mencionados anteriormente os cargos de comando, diretorias, inspetorias e subinspetorias são oriundos de indicações, sendo obrigatório que os mesmos façam parte do quadro efetivo da guarda. Na designação desses desses cargos o processo de meritocracia é entrelaçado politicamente.

Apesar de alguns gcms se destacarem por sua conduta e profissionalismo, ainda se fazem necessárias oportunidades que são limitadas por conhecimentos e ou ligações políticas. Para melhor entendimento trazemos o seguinte conceito:

O modelo meritocrático ou corporativo, também cunhado de conservador, se caracteriza por vincular estreitamente a ação “protetora” do Estado ao desempenho dos grupos protegidos. Quem merece, ou seja, quem contribui para a riqueza nacional e/ou consegue inserção no cenário social legítimo, tem direito a benefícios, diferenciados conforme o trabalho, o status ocupacional, a capacidade de pressão, etc. (VIANA,2002,p.7)

Ainda sobre a guarda atuante no ano de 2018 destacamos o reconhecimento dos serviços prestados ao município pela população e pelos demais segmentos da segurança pública. Parcerias foram efetivadas entre órgãos distintos para melhor eficiência na prestação de

serviços à população. Dentre essas parcerias acentuamos a participação da guarda no CIOP, onde 6 GCMs FEM executam as funções de registro de ocorrências, direcionamento de VTRs, partindo de análises causais que determinam quais suportes serão necessários para sanar situações adversas. Ressaltando que as diretrizes e condutas de prestação desses serviços são pautadas em normativas gerais estipuladas na segurança pública.

Comungando do mesmo viés do CIOP, que faz o atendimento emergencial aos cidadãos por ligação gratuita pelo número 190, a GCM tem disponibilizada o número 153, por onde a população também pode fazer queixas ou solicitações de apoios referentes a segurança pública.

2.3 Formação: A relevância da escolarização no campo de atuação

Partindo do ingresso de novos servidores com escolaridade mínima do ensino médio e que obtiveram curso de preparação organizado pela própria instituição, simultaneamente capacitados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão responsável por viabilização de cursos para todos os agentes de segurança citados no Art. 144, observou-se o surgimento de duas nomenclaturas: Antigos e novatos.

Esbarramos então na primeira distorção da realidade pelo senso comum produzido, onde o direito que é de todos passou a ser cobrados pelos detentores do conhecimento, enquanto isso aqueles que não possuíam esses saberes continuavam exercendo desvios de função e subjugados a uma hierarquia militarizada que os extirpou de seus direitos.

O senso comum é definido como forma de expressão do saber popular, maneira de conceber e interpretar o mundo pelas camadas populares (GONH, 1992). Este senso comum traz consigo uma riqueza de conhecimentos trazidos pelas experiências dessas camadas populares, todavia devemos salientar que esse senso comum traz consigo concepções encharcadas de uma cultura muitas vezes imposta pelas classes sociais detentoras do poder.

Através dessas conexões são construídos dois estereótipos contraditórios que deram aos “novatos” uma prerrogativa de soberba por maior detenção de saberes e os “antigos” sucumbiram aos dizeres de que antiguidade é posto. As disputas por poder se tornaram eminentes e ao invés de alimentação da troca de saberes em busca de melhorias para todos foi fomentada uma distância intelectual, com afirmativas do tipo: esses novatos são cheios de direitos.

Segundo Bourdieu (2007) *a distinção é uma denúncia violenta*, na qual os fatores sociais centralizam discussões para melhores compreensões dos movimentos culturais que direcionam os sujeitos dentro de uma sociedade. Sendo assim, percebemos a forte influência de uma cultura

de reprodução repressiva nos sujeitos que se intitulam pertencentes a grupos distintos, que por sua vez colocam entre si um abismo referente aos seus conhecimentos naturais e científicos.

Em contrapartida um leque de novas experiências se abriram para ambos, através de instauração de novos projetos e implementações de ações geradas a partir do vínculo ensino superior de alguns GCMs. O grupo ronda escolar (GRE) é um exemplo de projeto que articula palestras, teatros de fantoches (figura 5), entre outros, voltado para o público infanto-juvenil com a missão de expandir os conhecimentos sobre o papel da guarda e do cidadão na sociedade, fortalecendo com isso o papel preventivo da instituição. Temáticas como bullying e respeito aos direitos e deveres do cidadão são apenas alguns exemplos do trabalho exercido por este grupo.



Figura 5: Ação do gre no hospital Napoleão Laureano
Equipe do teatro de fantoches em apresentação

Link: <https://www.instagram.com/p/BcCzieLl6t4/?igshid=e9g9qg7plft3>

Outros grupos foram formados articulando ações ambientais, valorização da cultura local e ações ostensivas em combate ao crime, que acarretaram numa nova identidade formada pela sociedade pessoense, onde o papel de mero vigilante passou ao papel de agente de segurança pública, solicitado e trabalhando em prol da sociedade. Atuam em João Pessoa através da guarda municipal os seguintes grupos:

GOT: Grupo Operacional Tático (figura 8)	Composto por 60 GCMs o Grupo de Operações Táticas que trabalham com carros e motos. Tendo como pontos de apoio uma base no parque Solon de Lucena.
GRE: Grupo Ronda Escola	Composto por 14 GCMs. Tem uma Base de apoio na Praça da Paz.

GATUR: Grupo de Apoio ao Turista (figura 7)	Composto por 20 GCMs . Tem como base de apoio um container localizado em frente ao Mercado de Artesanato de Tambaú.
GAAM: Grupo de Atividades Ambientais (figura 6)	Composto por 24 GCMs. Tem como base O parque arruda Câmara.



Figura 6: GAAM

Curso de introdução a preservação das tartarugas.

Link <https://www.instagram.com/p/BwCACImBbF4/?igshid=hjw1qju1hcyg>:



Figura 7: GATUR

Patrulhamento de bicicleta na orla do Cabo Branco.

Link: <https://www.instagram.com/p/BwDFC2dBs0Q/?igshid=1u6jq1cs7rhh9>



Figura 8: GOT

Equipe motorizada em patrulhas no Centro Histórico

Link: <https://www.instagram.com/p/BwerDVvhglw/?igshid=z7y1yhbqqlzs>

Em meados do final de 2017 foi lançado o Projeto Maria da Penha (figura 9) em parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba que visa garantir a segurança das mulheres que estão sob medida protetiva expedidas pela justiça. Fazem parte desse grupo os guardas que passaram por um curso de capacitação específico e hoje trabalham em seu posto de serviço e também na Ronda Maria da Penha.



Figura 9: Ronda Maria da Penha
Curso preparatório de reciclagem sobre o projeto
Link: <https://www.instagram.com/p/BmgssR1jeZ1/?igshid=xe2e1f6rvrno>

Mediante a implementação desses projetos os GCMs passaram a ter mais proximidade entre si. As experiências formaram esses indivíduos através de uma cultura já instaurada e as consequências da falta de respaldo legal trouxeram a tona um sentimento impunidade mediante as leis e falta de amparo legal sobre os guardas.

Nesse momento passamos a questionar se o problema está no desconhecimento das leis, no conhecimento parcial das leis, na alusão sobre falta de leis imputada pelo senso comum produzido pela mídia ou no desgaste referente às experiências frustrantes no ambiente de trabalho.

Para maior elucidação do panorama político e institucional da GCM-JP enfatizamos a existência de dois sindicatos, mas como pode uma única instituição com dois sindicatos? O SINDGCM, o primeiro intitula-se o único por ser reconhecido legalmente, tendo sua contribuição sindical obrigatória sendo descontada diretamente da folha de pagamento dos guardas, o mesmo engloba todos os guardas do estado da Paraíba, perpetua a mesma direção por anos e é formado por guardas de boa articulação política. Fazem ações (figura 10) e participam de discussões políticas a fim da busca por melhores condições de trabalho. No entanto ao focarmos no quadro específico da guarda de João pessoa percebemos a pouca adesão e certo repúdio em relatos de arbitrariedades e processos de valorização que só favorecem os membros do próprio sindicato.



Figura 10: Cartaz de divulgação de evento patrocinado pelo SINDGM
<https://www.instagram.com/p/89gJmAhIU/?igshid=jz4gqh51j5cz>

Segundo Laclau (1986) o surgimento de novos grupos sociais centrados em questões identitárias, também denominados de “novos movimentos sociais” problematizam inferências sociais sobre os sujeitos em questão. A partir dessa concepção visualizamos a construção de sujeitos politizados que se organizam em prol de uma classe.

Seguindo essa corrente novos gcms resolveram lutar pela efetivação de seus direitos e reconhecimento do município pela sua contribuição à sociedade. Foram feitas diversas tentativas de participação no sindicato vigente, no entanto se deparam com portas fechadas que visavam proteger a hegemonia de seus privilégios. Mediante esse panorama surgiu o SINDGUARDAS (figura 11), segundo sindicato com atribuições específicas a guarda municipal de João pessoa, com implementações de pautas e reivindicações que inicialmente buscavam a efetivação das leis que já os beneficiam.



Figura 11: Logomarca do SINDGM
 Link: <https://www.instagram.com/p/Bq7PkRcABBP/?igshid=15s3lpbi7qvec>

Através de algumas chamadas para movimentos grevistas com participação de cerca de 20% de guardas um benefício foi concedido para todo o contingente, o da redução de plantões pautado em leis trabalhistas que identificaram o excedente de horas extras não pagas. Infelizmente pouco tempo depois esse grupo se desfez e alguns benefícios foram destinados

especificamente aos grupos operacionais que coincidentemente eram compostos por maioria de gcms participantes desse movimento.

Visualizamos mais uma vez o processo de segmentação de pessoal, onde as especificidades de cada trabalho eram sobrevalorizadas e recompensas, enquanto outros setores eram desmerecidos e subjugados com menosprezo e menor importância. Partindo dessa constante divisão começamos a observar a relevância dos níveis de escolarização e os processos e partilha de saberes inerentes às suas funções e leis que resguardam todo ser humano.

3 CAPÍTULO II: A VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Para entendermos a importância da declaração dos direitos humanos ressaltamos a conceituação do homem por Comparato:

(...) Todos os seres humanos apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém - nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação - pode afirmar-se superior (COMPARATO, 2007)

Comparato prolonga essa conceituação sobre o que seria a dignidade para esse mesmo indivíduo especificando essa dignidade pelo simples fato de poder ser quem ele mesmo é, regido por seu racionalismo o indivíduo é capaz de se guiar pautado nos princípios morais de respeito e valorização da vida do outro.

Seguindo essa linha de pensamento a fundamentação da declaração dos direitos humanos prega a valorização, o respeito e a efetivação dos direitos de todo ser humano sem uso de preconceitos, predefinições e ou qualquer tipo de diferenciação que o inferiorize a outro ser humano. Macbeth reforça esses argumentos se expressando da seguinte maneira:

se a humanidade ignora o sentido da vida e jamais poderá discerni-lo, é impossível distinguir a justiça da iniquidade, o belo do horrendo, o criminoso do sublime, a dignidade do aviltamento. Tudo se identifica e se confunde, no magma caótico do absurdo universal, aquele mesmo abismo amorfo e tenebroso que, segundo relato bíblico, precedeu a criação. (COMPARATO, 2007, p. 5)

Para melhor elucidação da declaração dos direitos humanos se fazem necessários resgates históricos que contextualizam sua inferência dentro do espaço e tempo, e só assim ela ganha real valor e pertinência mediante todo espaço de violação e segregação daqueles que pelo sistema inquisitório eram subjugados, humilhados e privados ao bem maior, a vida.

No ano de 1789 foi promulgada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão onde representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, declaram solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de estabelecer a todo corpo social delimitações de direito e deveres, onde instituições públicas são responsabilizadas pelo seu respeito e cumprimento legal. Essa declaração se deu mediante a ignorância, esquecimento ou

desprezo dos direitos do homem, sendo considerada estas as causas dos males públicos e da corrupção dos governos.

No século XX a Velha Europa sucumbiu aos atos estarrecedores ocorridos no genocídio dos judeus pelos nazistas. Narrativas marcam esse momento de dor e palavras relatam o sentimento de desespero daqueles que viveram aqueles dias. Em 1938, Ruth Kluger era apenas uma criança de 8 anos, morador de Viena expressou o sentimento e as vivências da cúpula da cultura europeia que fazia parte:

Algumas falavam de desconhecidos, outros de parentes, mas sempre se tratava de judeus. Havia um muito jovem ainda, vamos chamá-lo de Hans, um primo de minha mãe, eles o mantiveram preso em Buchenwald, mas só por algum tempo. Depois voltou para casa, estava assustado, teve de jurar não contar nada e não contou nada, ou será que sua mãe foi a única pessoa e quem contou? As vozes à mesa, pouco claras, mas ainda audíveis, eram praticamente só de mulheres. Tinham-no torturado, como será isso, como dá para suportar?(KLUGER,2005,p.11)

Esse depoimento retrata a deflagração da inocência de uma criança que mediante todos acontecimentos ocorridos ao seu redor se fez adulta, no entanto ainda mantinha a confusão por não saber o real motivo de tanta barbárie. Neste caso em específico estamos falando de um sobrevivente, então onde ficam as vozes daqueles que sumiram nos campos de concentração de suas famílias que rezava incessantemente por seus retornos.

Partindo desse exemplo expomos apenas uma das crises que assolavam o mundo, não deixando de lado as guerras da Africa, da Asia e o afronte feminista mediante o sistema patriarcal instaurado em sociedades culturalmente estruturadas a subjugar a mulher à posição de objeto, coisa ou mera propriedade. Sendo assim esse movimento de desprezo a vida humana deu o pontapé inicial para discussões sobre os rumos que a humanidade estaria tomando e qual seriam as consequências para as gerações futuras.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos, proclamada pela assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948. No seu corpo trazia uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos. Uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adaptados desde 1945 expandiram o corpo do direito internacional dos direitos humanos.

Eles incluem a Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio(1948), A Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965), a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as

mulheres(1979), a Convenção sobre os direitos da criança (1989) e a Convenção sobre todos os direitos das pessoas com deficiência (2006), entre outras.

A declaração Universal dos direitos Humanos estabelece:

Art 1º. Todos os seres Humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relações uns aos outros com espírito de fraternidade;

Art 2º. Todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem de nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2. Não será feita também nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

Entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 2004 as Nações Unidas proclamaram A década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos e entendiam essa educação como:

treinamento, disseminação e esforços de informação objetivando a construção de uma cultura universal de direitos humanos através da partilha do conhecimento, competência e habilidades e da moldagem de atitudes, que são direcionadas ao fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; ao desenvolvimento completo da personalidade humana e de seu senso de dignidade; à promoção da compreensão, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todas as nações, pessoas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; à capacitação de todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre; à ampliação de atividades das Nações Unidas¹³ para a manutenção da paz. (NAÇÕES UNIDAS, 1998, 56).

Esse documento trouxe diretrizes de suma importância que além de conceituar os direitos dos seres humanos deram diretrizes educacionais e enfatizaram a importância da mudança nas atitudes, entendendo que palavras são só palavras e que dependem de atitudes que as reafirmam. Dentre essas diretrizes também ficou evidente que se trata de um projeto a longo prazo, onde o ato educacional irá defronte a um modelo culturalmente instaurado de uma estrutura que prevalece aqueles que são detentores do poder e inferiorizam aqueles que estão do outro lado nas escalas sociais.

3.1 Uma visão panorâmica dos Direitos Humanos pelo mundo

¹³ Onu. Documento A/51/506/Add.1, appendix, para.

A história vive em constante mutação determinada por aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e acima de tudo o direcionamento dado pelos detentores dos poderes econômicos e políticos para supressão de seus almejos pessoais e perpetuação dos seus postos privilegiados. Visualizamos a história sendo contada pelos vencedores, onde seus pontos de vista são expostos como únicos e legítimos, no entanto com o passar do tempo vozes que outrora foram silenciadas começam a sussurrar relatos que mostram um outro lado da história.

Essa história relatada tardiamente é cheia de controvérsias e o lado mais obscuro da humanidade vem à tona em forma de atrocidades que violam os direitos básicos do ser humano e as justificativas são as mais diversas, no entanto essas justificativas são carregadas de preconceitos, de egos inflamados, numa disputa desenfreada por quem está certo. Essa disputa ultrapassa todas as medidas no que diz respeito ao descaso com a vida.

Inicialmente como foi posto neste trabalho a declaração dos direitos humanos veio a tona após um período de negação de direitos, extrema crueldade e uma tentativa de recomeço após uma guerra que castigou o mundo com uma barbárie contra a humanidade. Durante muitos anos essa declaração foi utilizada na construção de constituições, tratados de paz, busca por efetivação de direitos e seus preceitos foram alicerces na luta por diversas demandas pertinentes as articulações naturais e humanas.

Todavia o movimento contínuo de construção da história e os interesses capitalistas passaram a travar uma luta com essa declaração, pois a têm como empecilho para o progresso, afinal como sustentar uma sociedade do lucro se a mão de obra passa a ser cara mediante toda a efetivação dos direitos destes sujeitos.

Diversos analistas demarcam os novos desafios na luta pela efetivação dos direitos humanos. Nesse novo contexto Bizawu (2015) fala:

“O grande desafio atualmente é, exatamente, como promover a efetividade dos direitos humanos no contexto internacional em uma sociedade marcada por conflitos armados, desigualdades sociais, doenças endêmicas (malária, ebola, dengue, HIV e H1N1) e hegemonia das grandes potências e surgimento de grupos radicais islâmicos”

Nessa fala o pró-reitor de pós-graduação da Escola Superior Dom Helder Câmara aponta algumas causas inerentes ao abarcamento da declaração dos direitos humanos e passando por diversas causas podemos compreender a complexidade na efetivação desse direitos.

Essa crise na efetivação dos direitos fundamentais se arrasta pelo mundo e seus reflexos aparecem de formas distintas. Às vezes essa batalha se camufla perante o mundo, pois trata de assuntos tão peculiares que vão de frente a uma cultura local de um país com pouca

expressividade no ciclo dos países de primeiro mundo que tomam para si o poder de decidir as diretrizes que os demais deverão prosseguir.

Michelle Bachelet, alta comissária das Nações Unidas para os Direitos humanos, advertiu sobre uma preocupação no prisma das incertezas e da regressão dos direitos fundamentais em Portugal. Em entrevista Michelle alertou que apesar de Portugal ter um avanço significativo no referente a políticas públicas, o país não é perfeito e enfrenta diversas crises internas contra a efetivação dos direitos de seus cidadãos, direitos estes que perpassam pela violência contra idosos, violência contra mulheres, discriminações étnicas(ciganos), falta de suporte governamental ao respeito à habitação, entre outros.

A Alta comissária da ONU participou de diversas reuniões e expressou sua perplexidade com a morte de ativistas dos direitos humanos e a consequência desses atos. Ela ainda pontuou o aumento do ódio nas redes sociais e mencionou ainda a incerteza do impacto nos direitos humanos das novas tecnologias, que podem “ser fontes de expansão da democracia”, mas também “de prejuízo para os direitos humanos”. Apesar do foco de sua entrevista ser Portugal a comissária não deixou de alertar com relação às problemáticas mundiais, como: o racismo, a perseguição aos imigrantes, o extremo da pobreza em países assolados pela fome e o alastramento de doenças endêmicas,etc.

O ACONU ainda interfere em outros reclames populares que clamam por justiça mediante situações de uso excessivo da força em movimentos de guerrilha urbana como os ocorridos na Venezuela, onde no último manifesto(figura 15) do dia 1º maio ao menos 100 pessoas ficaram feridas. Segundo a ONG Provea, um venezuelano de 24 anos, identificado como Samuel Enrique Méndez, morreu nos confrontos na cidade de La Victoria, estado de Aragua.



Figura 15: Foto de rebelião na Venezuela.

Criança se coloca na frente de carro tentando paralisar repressão.

Link:<https://veja.abril.com.br/mundo/onu-condena-uso-excessivo-de-forca-contra-manifestantes-venezuelanos/>

Entendendo a gravidade desse momento trazemos aqui uma luz no apontamento de ações e reconhecimentos de sujeitos que mesmo com todos esses percalços enfrentam diariamente situações adversas e se sobressaem no tocante ao respeito pela vida. A enfermeira obstétrica, brasileira e precursora do parto humanizado no Brasil, Heloisa Lessa, ganhou o Prêmio Campeão na categoria de Parteira ("MidWife"), da **Human Rights in Childbirth** - organização não governamental com atuação internacional para difundir os instrumentos de direitos humanos para proteger todo o espectro de direitos reprodutivos disponíveis para as mulheres grávidas.

Pela primeira vez uma brasileira é indicada esse prêmio internacional que enfatiza o respaldo a vida humana nos seus primeiros momentos. "Não raro, os direitos humanos das mulheres são violados no parto, comprometendo a saúde de mães e de bebês. As taxas de cesarianas desnecessárias no Brasil são alarmantes. Tentar impedir que mulheres saudáveis escolham como, onde e com quem terem seus bebês, e que médicos prestem assistência nesses casos, é uma forma de violar direitos de pacientes e de profissionais", argumenta Heloisa Lessa.

Nesse momento de perseguição aos direitos humanos ações como de Heloisa Lessa desapontam sobre a necessidade da conscientização e real tomada na busca por uma civilização mais humanizada, que por sua vez não se deixe corromper com um "progresso" desenfreado a custa de vidas humanas. Deixamos aqui uma inferência sobre a valorização do progresso científico, todavia não deixemos de lado os seres humanos, afinal para quem esse progresso tem que trabalhar senão para nós mesmos. A partir do momento que passamos a ser instrumentos do progresso ele passa a ser regressivo, pois tira do sujeito seu papel humano e o passa ver como objeto.



Figura 16: Manifesto de apoio ao parto humanizado.
Ativistas empunham bandeiras em homenagem a Lessa
Fonte: Foto DINO / DINO

Manifestantes em apoio a iniciativa (figura 16) de Lessa impunham faixas e bandeiras ressaltando a importância do parto humanizado e denunciavam a violência obstétrica ocorrida

nos partos. Movimentos como esse valorizam a luta pelos direitos da mulher e da vida, trazendo a tona mais um vertente elencada pelos Direitos Humanos.

3.2 Qual a influência dos Direitos Humanos no Brasil

No golpe militar de 1964 não existiam pautas relativas aos direitos humanos, medidas extremas foram instauradas desrespeitando o poder democrático incumbido a sociedade brasileira e afinal qual seria esse poder democrático que não icumbia direitos aos cidadãos, seja pela falta de amparo legal ou pelo desconhecimento das classes tidas como minorias, mas que formam o conjunto da grande massa populacional que sustenta o país. Então como fazer uma população reivindicar seus direitos se ela os desconhecia. Sader aponta os fatores marcantes na construção de uma nova sociedade e de seus cidadãos.

Tratou-se, ao longo de algumas décadas, do processo mais extenso na história brasileira de promoção dos direitos das pessoas. Direito a carteira de trabalho, e com ele, a assistência social, a aposentadoria, a organização sindical, ao apelo à justiça para a defesa dos seus direitos. Direitos econômicos e sociais, que transformam milhões de brasileiros em cidadãos, isto é, sujeitos de direitos.(SADER, 2007, p.76)

O autor traz em breves palavras o processo exploratório sofrido por uma população que não entendia o que eram seus direitos e como eles deveriam ser reivindicados. Trabalhar a educação nesse contexto e invadir todo um mecanismo culturalmente formado de que sempre foi assim e que nunca vai mudar. Tais ensinamentos são passados de pais para filhos que deixaram de sonhar mediante todas as dificuldades sofridas e passaram a encarar a árdua realidade de sobreviver um dia após o outro, sem ao menos se entenderem como sujeitos de direitos.

Apesar do descredito e do desmerecimento incumbido pelo senso comum aos direitos humanos, nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instaurar o estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil(1988).

A constituição brasileira traz em seu Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;

II _ Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer que senão em virtude da lei;

III - Ninguém será submetido a tortura, nem tratamento desumano ou degradante. (CONSTITUIÇÃO, BRASIL, 1988)

Podemos então observar através das datas que nossa constituição se originou após instauração da Declaração dos humanos e que seu conteúdo se rege nos mesmos preceitos, mantendo uma linha de pensamento coerente, sendo que em nossa constituição além de diretrizes ideológicas são inseridas discriminações específicas para diversas condutas e ações, bem como a penalidades a elas submetidas por força da lei.

Delgado (2006) faz referência a Constituição da República Federativa do Brasil, trazendo a tona toda a imposição de poder que alicerça nossa sociedade e reprime os menos abastados em normativas, lembrando que apesar das distinções de classes sociais todos fazem parte de e um Estado Democrático de direito e tem assegurados uma existência digna:

[...] esse patamar civilizatório mínimo está dado, essencialmente, por três grupos convergentes de normas heterônomas: as normas constitucionais em geral [...] ; as normas de tratados e convenções internacionais vigentes no plano interno brasileiro [...] e as normas legais infraconstitucionais que asseguram patamares de cidadania ao indivíduo que labora [...] (DELGADO, 2006, P.1.288)

Compreendemos então que o conjunto de normas instaurado em nossa constituição sobre a titulação de leis visa orientar, direcionar e educar uma população em nome de um bem estar social como a todos, sem distinções. No cabível a leis punitivas e restritivas de poder econômico ou da liberdade o mesmo princípio do bem estar coletivo é aplicado, todavia que aqueles que não entenderem os direitos dos outros deverão ter algum tipo de condicionamento ao enquadramento às normas sociais da valoração da vida.

Como ocorre com outras leis o não conhecimento da população faz com que a mesma a ignore, critique ou simplesmente a desconheça. Dessa forma essa mesma população anseia por leis mais severas de cunho punitivo, no entanto a elas não é oportunizada o conhecimento das leis já existentes. A falta do conhecimento tira da população o direito a reivindicação da execução de tão belas linhas escritas em leis que inspiram outros países considerados de primeiro mundo.

O artigo 7º, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garantiu aos trabalhadores urbanos e rurais um “*salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim*”. Esse artigo de lei instaurado em nossa constituição é um exemplo da beleza das palavras num texto que abrange as necessidades básicas do cidadão, no entanto fica a prerrogativa de que será possível essa garantia com o salário mínimo de R\$ 954,00¹⁴ atualmente submetido pela gestão vigente.

Diante a leitura do texto dessa lei nos deparamos com uma discrepância com a realidade, onde é dito que o salário mínimo deveria suprir as necessidades primárias que garantiriam a dignidade do cidadão brasileiro, todavia mediante o cenário econômico aqui instaurado é plausível dizer que esse salário garante apenas uma espécie de sobrevivência que nem de longe contempla todos os aspectos abordados nesta lei.

Arendt(1997) traz uma reflexão sobre os processos de globalização que solidificam exclusões que não atingem igualmente todos os grupos sociais e culturais dos países e as pessoas com deficiência são ainda mais segregadas, tidas como descartáveis e tem o direito a ter direitos negados. Essas pessoas tem que se adaptar a uma sociedade que os ignora, os colocando num estado de incapazes e inúteis ao desenvolvimento social coletivo.

Sendo assim alguns pesquisadores observaram a necessidade de uma educação inclusiva em Direitos Humanos e Basombrio (1992,) realizou um trabalho de pesquisa e análise nessa luta em países latino-americanos sintetizado:

A educação em Direitos Humanos na América Latina constitui uma prática recente. Espaço de encontros entre educadores populares e militantes de direitos humanos, começa a se desenvolver simultaneamente com o final dos piores momentos da repressão política na América Latina e alcança um certo nível de sistematização na segunda metade da década de 80. (BASOMBRI, 1992, p.33)

A abordagem educacional voltada aos Direitos Humanos ainda carece de estudos e direcionamentos para públicos específicos. Na América Latina os educadores populares e militantes trilham um longo caminho em busca de um ensino direcionado que reflita sobre os movimentos de repressão anteriores e traga a tona um processo de consentização a cerca dos

¹⁴ <https://diariooficial-e.com.br/salario-minimo-2018/>

direitos já adquiridos e da luta pelos direitos ainda negados, principalmente para classes socialmente excluídas.

3.3 Direito dos bandidos

Nos dias de hoje nossa sociedade sofre constante manipulação e imposição de ideias, conceitos e valores instaurados por fontes nem sempre credenciadas. A mídia como um todo se torna partidária e detentora do acesso rápido há um número expressivo da população brasileira, utilizando a mesma como massa de manobra para aumento nos níveis de audiência e propagação de conceitos ou verdades absolutas. Verdades estas que denotam um posicionamento de propagação do ódio, causado pela insegurança instaurada por diversos movimentos de segregação e impunidade.

Em nossa cidade é nítido o número de programas policiais que transformam em circo tragédias do dia a dia. Esses programas expõe situações a partir de um prisma inquisitório, onde indivíduos e seus delitos são apresentados, julgados e sentenciados desrespeitando os princípios básicos de cada indivíduo.

Todavia essa mesma força inquisitória é branda quando os personagens são detentores de poderes sociais, econômicos e políticos. Nesse casos específicos as palavras são medidas e articuladas visando um questionamento pertinente a absolvição pública.

Na hora do almoço diversas famílias sentam-se à mesa e degustam sangue que parece respingar de seus televisores e atordoados por toda essa exposição os telespectadores entoam o jargão de direitos dos bandidos. Dando aos direitos humanos uma personificação de pessoa física e a culpabilizando por atender aos princípios básicos da vida que por eles deveria ser negada àqueles que transgridem de forma violenta a lei.

Para justificar esse conceito usam o subterfúgio de que onde estão os direitos humanos quando nós cidadãos de bem precisamos dele. Mais uma vez a distorção de conceitos e a efetivação de seus atos fomentam a criação de um conhecimento que repudia a declaração de amparo à dignidade humana, em vez da cobrança a autoridades governamentais que garantem que esses direitos fossem para todos.

Cadê os direitos humanos que não estão ali defendendo esse pai de família trabalhador? Estão alí na porta das cadeias defendendo esses marginais. O repórter Emerson machado incita o ódio da população e se utiliza da prerrogativa da liberdade de expressão para disseminar seu olhar inquisidor e preconceituoso em casos específicos de repúdio público. Em um determinado vídeo no Youtube o repórter incentiva o bolsa castigo para presidiários, indica penas e sugere

o fim dos direitos humanos no Brasil. Apresentamos essa fala para exemplificar os discursos propagados em programas policiais exibidos em nossa capital, que ao invés de incentivar a população na busca por seus direitos os incita a reprovar ações de valorização da vida e dão aos direitos humanos uma personificação negativa como a de inimigo do cidadão de bem.

Perguntamos como podemos colocar nossos parâmetros nas mãos de pessoas que utilizam-se do jornalismo para propagar ideais pessoais. Pessoas com formação totalmente questionável, quando não ausente, pessoas essas que pregam o que não fazem, pessoas que tomam para si os papéis de denunciante, julgador e inquisidor, tirando a legitimidade da prerrogativa jurídica que ressalta que todo réu é inocente antes que se prove o contrário. Com a efetivação desses atos o papel da defesa é desmerecido e apontamentos tornam-se suficientes para quaisquer condenações.

Trazendo esses questionamentos para o âmbito educacional percebemos que uma grande parte da população é alcançada por transmissões televisivas abertas e que esta população é composta de diversos sujeitos com variáveis graus de saberes, saberes esses que não estão atrelados apenas a educação formal, mas principalmente aos saberes oriundos das relações interpessoais ao longo da vida. Dessa forma compreendemos que uma educação popular se faz necessária, no sentido de adaptação de conteúdos e valorização dos conhecimentos trazidos por esses sujeitos, todavia acreditamos que existe um grande desafio ao qualificarmos profissionais que percebam a relação do trabalho na vida desses sujeitos e tenham o cuidado de não desqualificar a transmissão desses conteúdos com palavras simplistas que subestimem o entendimento de certos grupos:

É preciso ter-se conhecimento da direção em que está apontando o algo que se postula popular. É preciso saber quem está sendo beneficiado com aquele tipo de ação. Algo é popular se tem origem na postulação dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com suas lutas, exigindo que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias. (MELO NETO, 2004, P.158)

Nesse prisma a educação popular torna-se agente construtor da cultura de um povo, resgatando, valorizando e agregando novos saberes que trarão novos questionamentos e elucidaram problemáticas silenciadas por valores morais impostas pelos atuais detentores do poder, provenientes de classes abastadas que pretendem se perpetuar numa posição privilegiada alimentando a ignorância daqueles que não tiveram oportunidades educacionais.

O educador é responsável pela efetivação do processo educacional, sendo ele o último e também o mais próximo elo com o educando e é através dessa educação que mudanças sociais

são efetivadas rumo ao real processo democrático. Todavia quando falamos na formação em Direitos humanos vamos mais além, pois possibilitamos a esses indivíduos a sensibilização e conscientização do respeito a vida que são atos que direcionam a construção da cidadania.

Magendzo (2006, p 23) define a prática educativa como:

a prática educativa que se funda no reconhecimento, na defesa e no respeito e promoção dos direitos humanos e que tem por objetivo desenvolver nos indivíduos e nos povos suas máximas capacidades como sujeito de direitos e proporcionar as ferramentas e elementos para fazê-los efetivos.

Defendemos a formação em direitos humanos para todo indivíduo e que em continuidade ao teor do texto da Constituição Federal do Brasil, que preza pela integridade e defesa do cidadão brasileiro, esse mesmo indivíduo se empodere, se reconheça e reconheça ao outro como seres humanos detentores de direitos e deveres, onde onde o direito de um termina quando começa o direito do outro.

Ainda defendemos que só através do conhecimento essa mesma população terá suas correntes rompidas e deixará de ser massa de manobra daqueles que incitam o ódio em benefício próprio e ao mesmo tempo essa população deixará de valorizá-los por palavras bonitas ou cômicas que somente subjagam uma população de oportunizada e por outro lado exagera em elogios aqueles que através do poder econômico e político os mantém numa posição de destaque e visualização.

4 CAPÍTULO III: METODOLOGIA:

Este trabalho buscou um estudo de caráter prático numa perspectiva qualitativa¹⁵ e quantitativa¹⁶ acerca do objeto de estudo proposto no qual foi utilizado a consulta de documentos legais relacionados aos direitos humanos, a constituição brasileira no prisma da segurança pública e legislação municipal referente a guarda municipal, com o objetivo de descrever os fatos observados juntamente com a análise da coleta dos dados.

Para melhor compreensão da utilização conjunta de dois tipos de pesquisa Günther explica:

Ao revisar a literatura sobre a pesquisa qualitativa, o que chama atenção imediata é o fato de que, freqüentemente, a pesquisa qualitativa não está sendo definida por si só, mas em contraponto a pesquisa quantitativa. Apresentaremos alguns destes contrastes e comparações. Para organizar as diferenças e similaridades entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, consideramos: a) características da pesquisa qualitativa; b) postura do pesquisador; c) estratégias de coleta de dados; d) estudo de caso; e) papel do sujeito e f) aplicabilidade e uso dos resultados da pesquisa.(GUNTHER, 2006, p. 201)

Devido a complexidade da construção histórica cuja bibliografia não tinha registro entendemos a necessidade da utilização desses tipos de pesquisa, que por sua vez se complementam, dando mais detalhamento a uma pesquisa que respeita o sujeito, suas falas e suas experiências.

Esta pesquisa foi realizada na Guarda Municipal de João Pessoa, localizada na Av. Almirante Barroso, nº: 668, bairro: centro, no município de João Pessoa- PB, com o intuito de investigar a distorção dos discursos dos guardas municipais a respeito das conceituações e aplicações legais inerentes a profissão.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental através de consulta de artigos, livros, encartes, documentos legais relacionados a legislação brasileira, legislação municipal, regimento interno da guarda municipal, entre outros. Essa documentação foi de suma importância para realização do embasamento teórico pertinente a considerações pedagógicas sobre a temática. Ainda coloco em foco a alusão de estudos sobre psicologia

¹⁵ é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais,

¹⁶ se traduz por tudo aquilo que pode ser quantificável, ou seja, ele iria traduzir em números as opiniões e informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão.

social, entendendo que o indivíduo está inserido na sociedade e que essa interação é responsável pela re significação do mesmo indivíduo.

Para se obter o objetivo desta pesquisa utilizamos na coleta de dados um questionário semiestruturado, que foi redigido em duas etapas constatando perguntas objetivas que visavam o reconhecimento dos indivíduos (faixa etária, gênero e localização geográfica), do gcm dentro da instituição, o papel do indivíduo na sociedade e com relação aos Direitos humanos e utilizamos questões abertas que fomentam dados específicos com relação à aperfeiçoamento educacional direcionado e experiência de trabalho.

O roteiro da entrevista semiestruturada foi composto por 4 páginas impressas. Na primeira etapa foram utilizadas três páginas, contendo na primeira o TCLE, na segunda página perguntas pessoais que visavam a caracterização dos guardas (formação, faixa etária, gênero,...) e na terceira perguntas sobre o entendimento das leis e do seu papel como cidadão na sociedade. A segunda etapa da entrevista foi redigida em única página, onde é solicitado que os entrevistados comentem e analisem os cursos ofertados pela instituição, de forma a objetivar a capacitação de conhecimento e sua relevância.

Essa pesquisa foi realizada nos mais diversos postos de atuação da guarda municipal de João Pessoa, utilizando-se do horário em que o agente estava em atuação no seu posto de origem. A escolha dos locais se deu aleatoriamente visando abarcar um percentual de 10% dos agentes municipais de segurança municipal em atuação se fez necessário o deslocamento e o auxílio de meios de comunicação regidos pela própria instituição. As informações sobre os locais de serviço dos entrevistados está especificado nas ilustrações de barras a seguir.

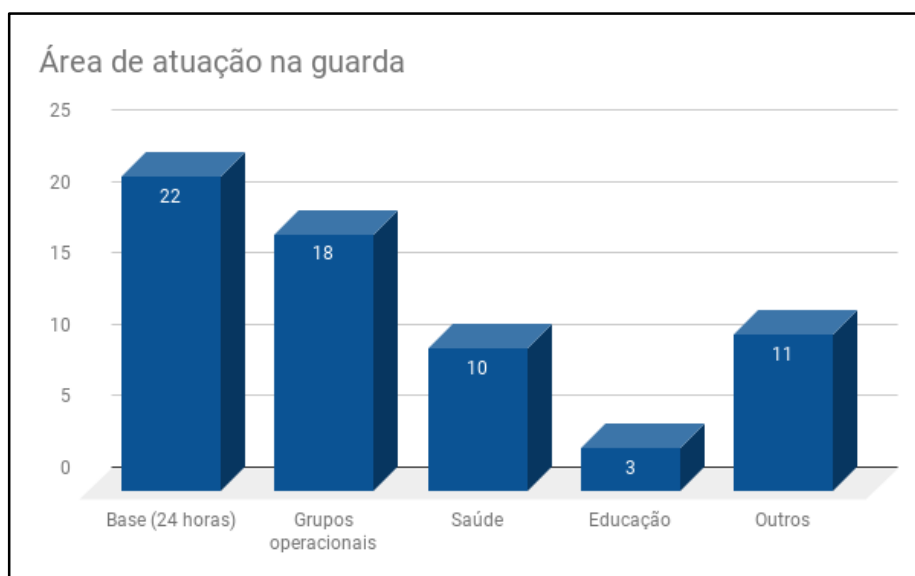


Gráfico 1

Fonte: pesquisa de campo

O gráfico acima traz uma perspectiva da abrangência da pesquisa, onde diversos campos de atuação foram expostos. Para melhor compreensão trazemos no gráfico a seguir uma subdivisão dos grupos operacionais compreendidos no gráfico acima. Dessa forma demonstramos uma maior abrangência com relação ao alcance da pesquisa.

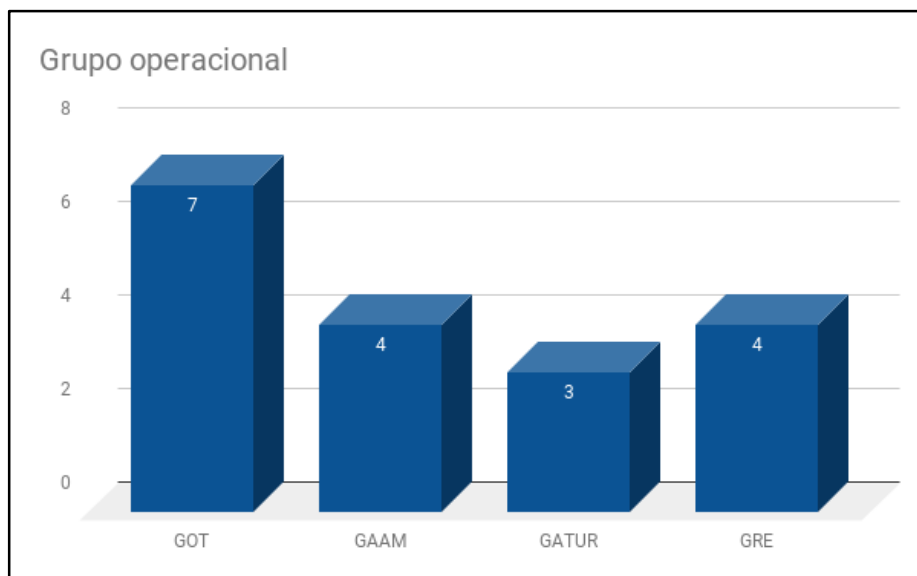


Gráfico 2

Fonte: pesquisa de campo

Os critérios básicos utilizados para escolha dos sujeitos a serem entrevistados foram: Ser profissional em atuação nos postos onde a guarda municipal exerce o papel de agente de segurança, deixando de lado profissionais cedidos a outras secretarias onde os mesmos exercem funções distintas.

Foram entrevistados 64 guardas, na faixa etária entre 25 e 60 anos, com graus de escolaridade que variam do ensino fundamental ao ensino superior. Dentre os entrevistados 51 eram do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Sendo todos componentes do quadro efetivo da Guarda Municipal de João Pessoa. Os gráficos a seguir trazem respectivamente, um panorama a respeito da faixa etária dos entrevistados e da sua formação escolar, dando início assim início a construção do perfil dos entrevistados:

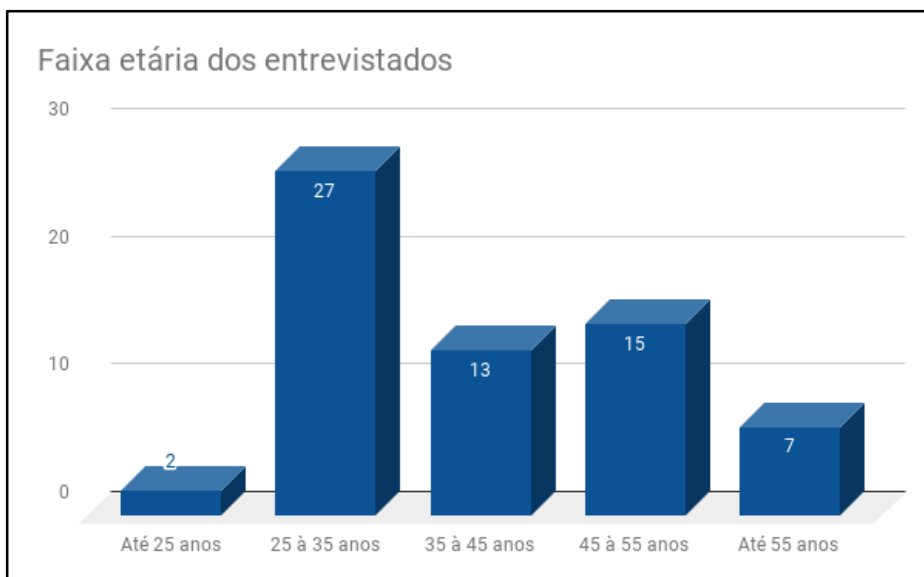


Gráfico 3

Fonte: pesquisa de campo

Visualizamos através do gráfico acima que a pesquisa abrangeu um percentual mais de 43% de guardas entre 25 e 35 anos, sendo estes oriundos do último concurso de 2012. Esses dados se deram devido à maior acessibilidade a esses sujeitos.

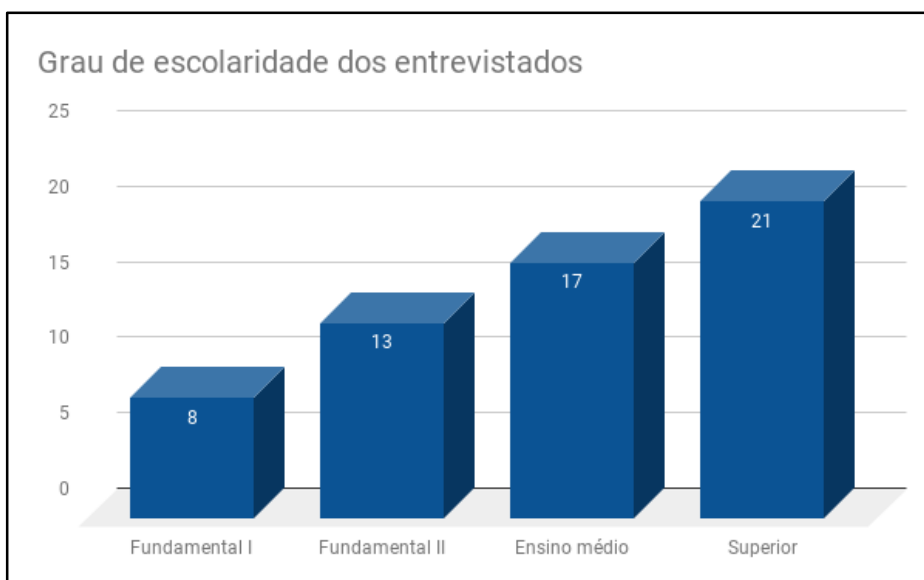


Gráfico 4

Fonte: pesquisa de campo

Nesse panorama percebemos uma elevação no nível de escolaridade e nos questionários apareceram várias áreas de atuação, tais como: economia, direito, administração, nutrição, entre outros.

Os participantes do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE com base nas diretrizes da resolução CNS n. 466/2012 e n.510/2016, MS, nos meses

de junho a dezembro de 2018, dentro das instalações atendidas pela Guarda Municipal de João pessoa.

O processo pedagógico pelo qual os foram expostos as temáticas acima abordadas é o mesmo sem distinção de escolaridade e ou área de atuação, sendo assim foi projetada uma visão geral que visa a equiparação e troca de saberes utilizando-se de metodologias anteriores para elaboração de futuro projeto de aplicação metodológica com postura didática direcionada.

O gráfico abaixo traz os cargos ocupados pelos entrevistados, englobando assim todos os principais cargos da hierarquia da guarda:



Gráfico 5

Fonte: pesquisa de campo

4.1 Pesquisa de campo

Após a aplicação dos questionários e algumas conversas informais com os guardas, percebemos a necessidade de maior aprofundamento na pesquisa, para que seu resultado refletisse com mais precisão os discursos marcados por contradições, e a surpresa da formação de quatro sujeitos distintos. Decidimos então solicitar a gravação de quatro entrevistas, onde os indivíduos podiam expressar seus argumentos de forma mais importante sobre a temática.

A escolha desses quatro indivíduos não ocorreu de forma aleatória, e sim baseada na abertura dada por indivíduos tão distintos que entenderam a importância da pesquisa e acreditavam ter base fundamental para falar sobre a temática. Optei por nomeá-los de Alfa, Beta, Celta e Delta, remetendo com isso os códigos de utilização da linguagem utilizada por agentes de segurança para simbolizar as letras do alfabeto.

O gráfico a seguir especifica as proporções dos sujeitos descobertos por essa pesquisa:

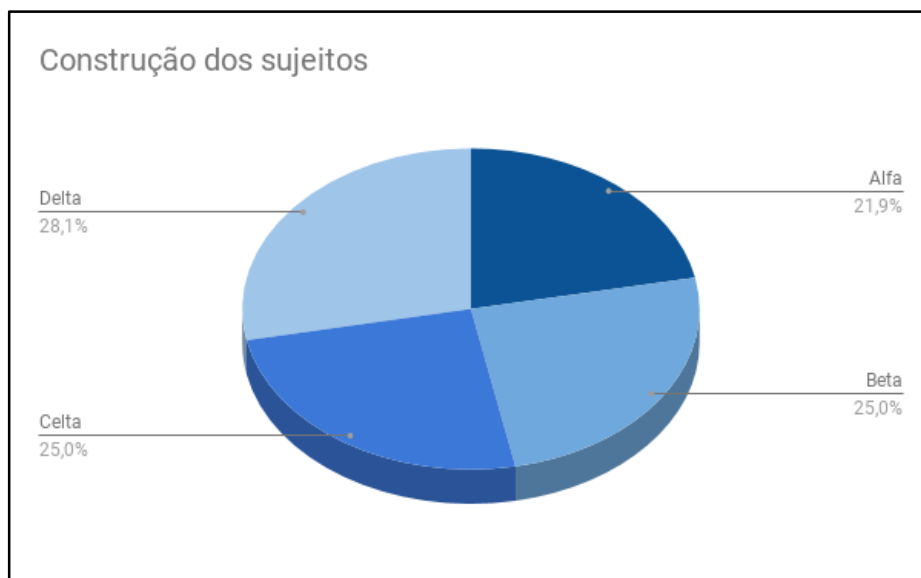


Gráfico 6

Fonte: pesquisa de campo

Percebemos no gráfico da formação dos sujeitos uma divisão quase que homogênea dos sujeitos formados. Essa formação se deu através das contradições de seus discursos, da sua formação educacional e das suas experiências de trabalho.

A entrevista gravada acelerou informalmente, onde os sujeitos tinham oportunidade de livre expressão referente a história e suas percepções no âmbito da formação dos guardas. Para atingir as expectativas do trabalho algumas perguntas contidas nas entrevistas escritas foram repetidas oralmente na intenção de encaminhar a pesquisa para diretrizes fixas da interseção da formação e das experiências extraídas das vivências dos guardas em questão.

Também visando um panorama mais fidedigno da realidade observamos alguns cursos ofertados aos integrantes da Guarda Civil Municipal de João Pessoa. Essa participação nos cursos se deu pela participação da autora na posição de aluna e pesquisadora. Através da análise dos dados foi observado a construção de quatro sujeitos que estão aqui relatados simbolizando uma classe que mescla o conhecimento tradicional oriundo da escolarização com o conhecimento prático obtido ao longo da vida, através das relações interpessoais de troca de saberes. Essa análise foi feita a partir das contradições dos entrevistados referentes o entendimento que declararam ter sobre as leis e declarações dos direitos humanos, o reconhecimento diário da infração dessas leis e a busca da efetivação de seus direitos individuais.

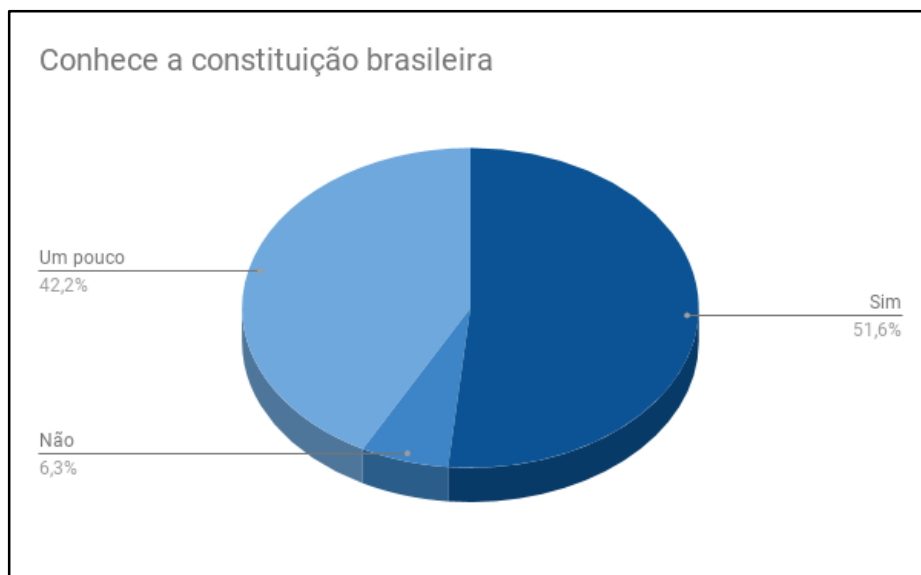


Gráfico 7

Fonte: pesquisa de campo

Percebemos que as primeiras contradições são vistas na correlação dos gráficos 7 e 8, pois mesmo visualizando que mais de 50% dizem conhecer a constituição, apenas um percentual de menos de 35% reivindicaram seus direitos.

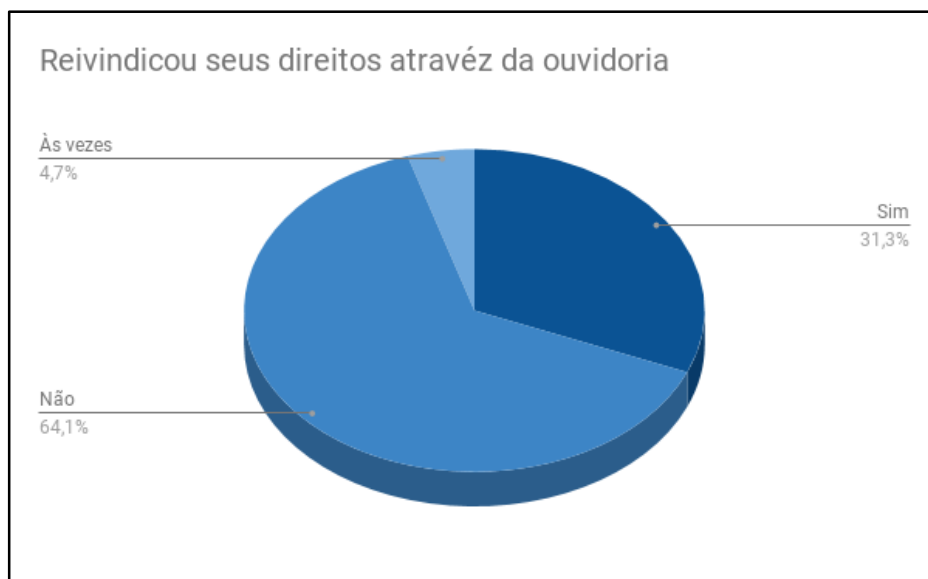


Gráfico 8

Fonte: pesquisa de campo

Alfa representa os gcms que não tiveram acesso à educação fundamental completa e não conseguiram transformar suas experiências de trabalho em vivências significativas. Devido à má ou inexistente orientação de vida se viram oprimidos pela instituição e escanteados pela sociedade, dessa forma só conseguiram replicar más condutas e se negam a entender que também são peças importantes para o bom funcionamento da instituição.

Nas palavras do sujeito A podemos observar sua revolta contra a instituição e sua leitura dos Direitos Humanos:

Antigamente na guarda as coisas se resolviam de outra forma, não tinha essa frescura de direitos humanos... Nós tínhamos produtividade¹⁷ e ganhava mais que os sargentos da polícia... Agora nos mendiga os extras e só os novatos valem alguma coisa... nos se aposenta e morre na miséria(*sic.*)

No requisito cursos de aperfeiçoamento da área, só conseguem visualizar algo que seja ligado instantaneamente à melhorias financeiras do soldo, não dando importância ao conteúdo abordado, algumas vezes por não entenderem as linguagens abordadas ou simplesmente por acreditarem que como dizem: “é muita conversa pra pouca ação, no dia a dia a coisa é outra”. Os Alfas trazem consigo um discurso de ódio reprimido e desesperançosos com um futuro, não nutrem expectativas e culpabilizam a todos pelo seu fracasso .

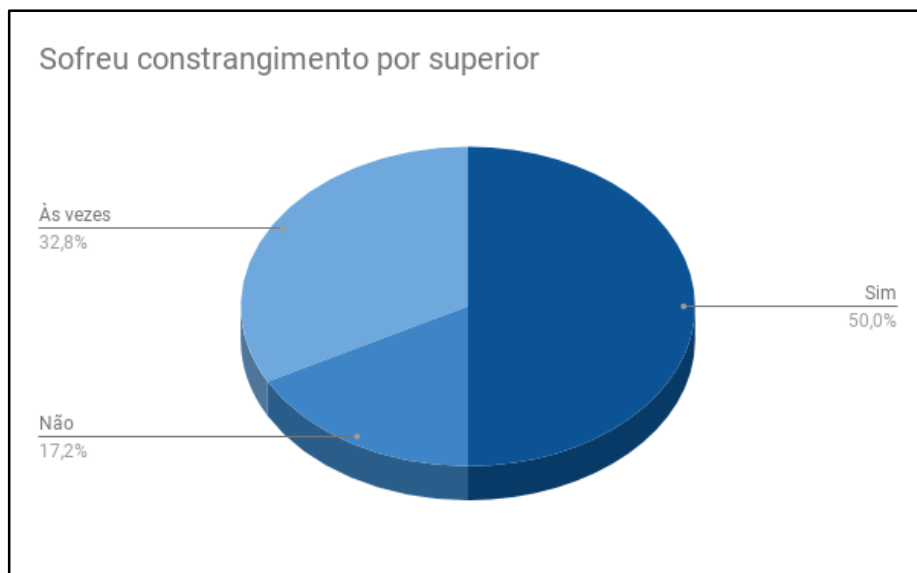


Gráfico 9
Fonte: pesquisa de campo

O processo de indicação a cargos superiores é representado aqui como ato falho, pois apresenta a desqualificação desses indivíduos mediante o tamanho de queixas sobre constrangimento, abuso sexual e moral provenientes de seus superiores hierárquicos apresentados respectivamente nos gráficos 9 e 10.

¹⁷ gratificação implantada no contracheque, que aumentava consideravelmente o rendimento dos guardas.

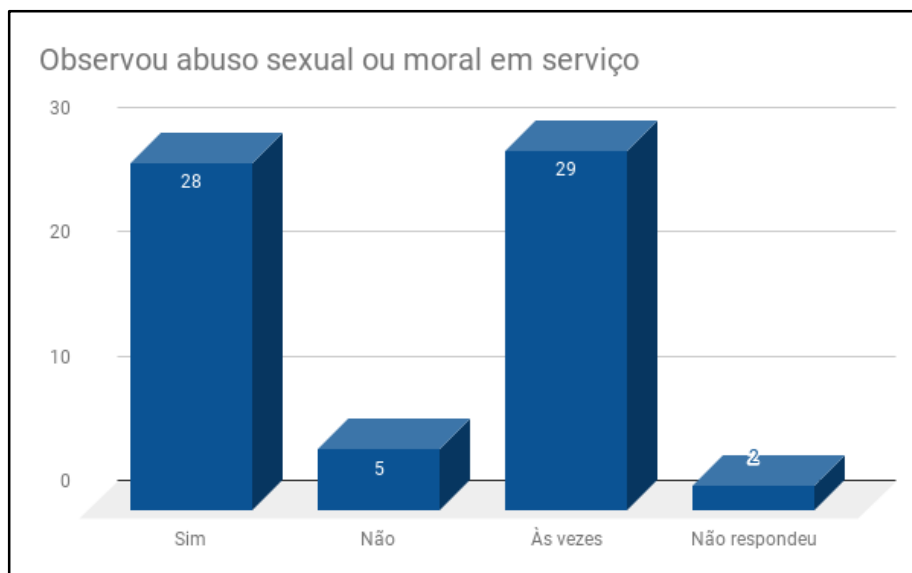


Gráfico 10

Fonte: pesquisa de campo

Não conseguem transcrever suas ideias no papel e mesmo no discurso oral se perdem em contradições, trazendo consigo uma agressividade e autodeclaração de conhecimento errôneo sobre tudo o que venha a dizer respeito a segurança pública. Levantam consigo o lema sem expressividade: “Antiguidade é posto”. Com esse lema eles justificam todos os seus atos.

Rancière(2014, p.94) traz a seguinte reflexão:

Não vivemos em democracias. Tampouco vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei de exceção do governo biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais. Conhecemos bem as vantagens desse tipo de Estado, assim como os seus limites.

Neste panorama observamos que a construção dos alfas também se deu pela construção social do ódio a uma democracia não existente, pois sobrepõe as classes básicas da população um papel de oprimido, onde os mesmos são sujeitos aos indivíduos representantes da lei que por diversas vezes aparentam sobressair ao papel legal em nome de uma classe dominante.

Os Betas representam os gcms que não tiveram acesso à uma educação fundamental completa, no entanto suas experiências de trabalho geraram bons frutos, pois fizeram com que os mesmos passassem a refletir sobre condutas inadequadas e valorizassem o conhecimento trazido por outros elementos.

O sujeito B desabafa:

A entrada dos novatos foi muito legal, pois eles vieram cheios de boas ideias. estão tentando acabar com os desmandos que ocorrem na guarda... Tem um povo aqui que só sabe reclamar e não faz nada. não merecem nem o que ganham e se a gente for falar ainda tá errado. dizem logo que estou me bandeando pro lado dos meus amiguinhos e esquecendo dos antigos(*sic.*)

Nessa fala compreendemos que o sujeito é componente do primeiro quadro efetivo da guarda, que percebe as mudanças que estão acontecendo ao seu redor e quer participar dessa mudança de uma forma positiva, agregando conhecimentos novos.

Apesar de serem oriundos de um processo de exclusão social que não os oportunizou o acesso a uma educação de qualidade, eles entendem a importância da educação e veem nela uma fonte inesgotável de evolução para gerações futuras.

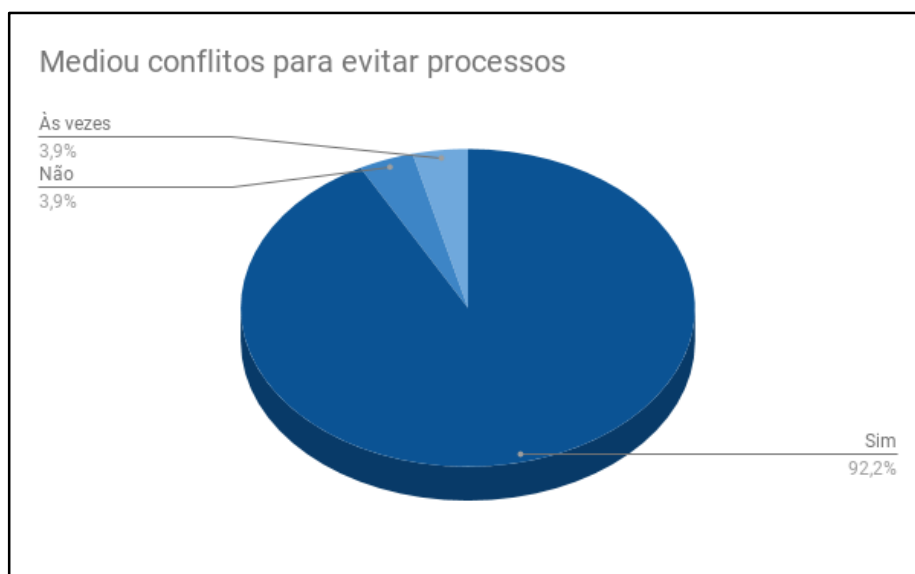


Gráfico 11
Fonte: pesquisa de campo

A mediação de conflitos é um reflexo de que a postura executiva da guarda está mudando, tendo em vista que mais de 90% dos entrevistados já participaram de movimentos onde as compreensões sociais são instauradas a fim de evitar procedimentos legais desnecessários.

Percebemos que estes elementos são um reflexo de compreensão da EJA, pois os mesmos trazem consigo bases de vida refletidas ao longo dos anos, todavia necessitam de uma metodologia de ensino diferenciada, que respeite suas dificuldades e valorize seus conhecimentos.

A Confintea V realizada na Alemanha em 1997 trouxe um novo olhar sobre a valorização dos conhecimentos trazidos pelos sujeitos atendidos pela EJA. A Declaração de Hamburgo entende:

a Educação de Adultos como aquela que [...] engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade, desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. (apud ROMÃO; GADOTTI, 2007, p. 128).

Resgatando esses conceitos percebemos importância de ressaltarmos os mais diversos tipos de expressão dos sujeitos abarcados pelo estudo. Notamos então que, a expressão oral desses indivíduos é simplista e carregada de gírias, mas nutrem demasiada clareza de expressão que devido ao insuficiente processo educacional básico os atrapalha na transcrição de suas palavras num papel.

Não podemos deixar de relatar a vergonha e o receio que eles têm de conversar com pessoas que já cursam uma universidade. Sentindo-se inferiores ou por medo de errar muitas vezes eles se calam, e guardam para si inferências que seriam importantes para resolução de problemáticas diárias.

Mayers (2014) entrelaça a construção desse movimento de inferiorização a uma construção social, onde através da pedagogia social podemos explicar os comparativos sociais. Nesta construção o sujeito se auto avalia mediante as circunstâncias ao seu redor e desconsiderando outros fatores relevantes coloca seu conhecimento específico sobre determinado assunto abaixo do conhecimento de outro sujeito que traga consigo títulos reconhecidos pela sociedade acadêmica.

Os Celtas representam os gcms com nível de escolaridade superior, porém englobados pelos desapontamentos com relação a perspectiva de qual seriam suas atividades como gcms e da realidade diária repleta de cobranças, falta de incentivo ou reconhecimento social. Esses sujeitos aparentam ter deixado de lado o seus conhecimentos prévios e embarcaram no senso comum adquirido através das jornadas exaustivas de trabalho.

O guarda C descreve sua rotina da seguinte forma:

A fala dos direitos Humanos é muito bonita, mas na prática a coisa muda de figura. Convivemos diariamente com delinquentes que já chegam citando a lei do delito que eles mesmos cometeram. Já nós vamos para inúmeras audiências. Não podemos agir, pois existem inúmeros celulares nos filmando, pessoas nos julgando, mas na hora do

pega pra capar¹⁸ vem correndo pedir socorro. Dá vontade de dizer se virem (*sic.*).

Em seu discurso o sujeito C demonstra clareza em sua fala e conhecimentos prévios sobre os direitos humanos, no entanto pontua um abismo existente entre a teoria e a prática de suas ações, enaltecendo suas ações e repudiando julgamentos oriundos da sociedade.

Alguns desses elementos se denominam “concurseiros¹⁹” e consideram estar de passagem pela instituição e por esse motivo justificam seu descaso com a mesma. Alguns Celtas saíram da esfera familiar para a primeira experiência remunerada de trabalho, exaltando sempre seus direitos e fingindo esquecer seus deveres. apesar de terem o acesso a educação de qualidade lhes falta experiência de mundo e suas relações são restritas a pequenos grupos e desmerecendo o trabalho dos demais companheiros de farda.

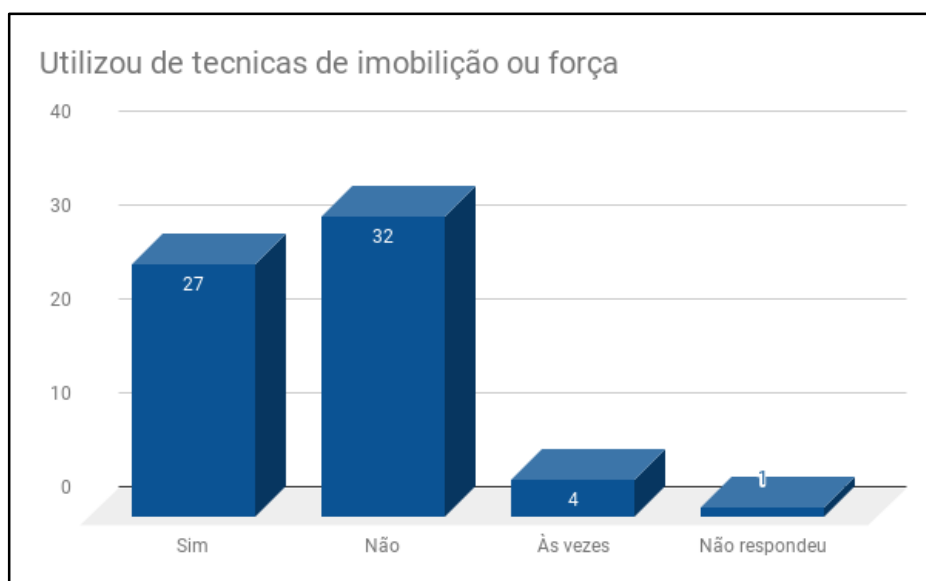


Gráfico 12

Fonte: pesquisa de campo

Os gráficos 12 e 13, acrescentam respectivamente a diminuição do uso da força em ocorrências e o aumento dos casos de agressões sofridas pelos agentes de segurança. Desta forma podemos expressar o sofrimento dos guardas em relação a um sistema democrático que os coloca na posição de vítima em situações que ele deveria agir como representante legal.

¹⁸ gíria utilizada para expressar que uma determinada situação saiu do controle.

¹⁹ estudantes que galgam novos patamares econômicos e sociais através do ingresso no serviço público, que os garantirá estabilidade e garantia de seus direitos como trabalhador deixando assim de serem regidos pela CLT.

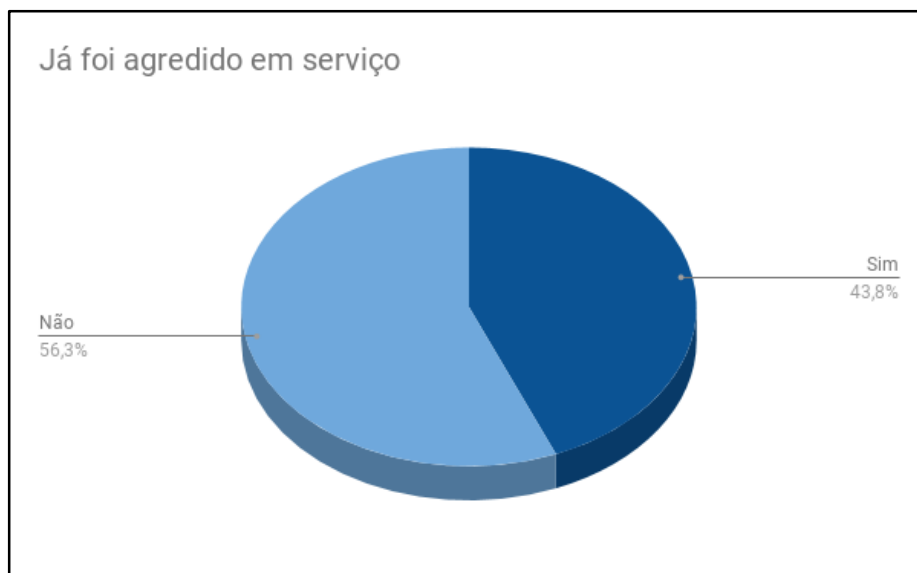


Gráfico 13

Fonte: pesquisa de campo

Observamos com perplexidade como os temas abordados nesta pesquisa foram distorcidos por essa categoria que exalta tanto seus diplomas e é incapaz de contextualizar. Utilizam de um vocabulário rebuscado e pertinente à visíveis cópias conceituais, não expressando seu posicionamento em atividade escrita. já na oralidade seu ponto de vista é deveras exaltado e vai em via contrária dos conceitos subscritos pelos mesmos.

O lugar de fala privilegiada desses indivíduos vai além do reconhecimento de suas capacidades específicas pela esfera acadêmica, pois oculta o status social que os considera mais capazes de medir o produto da informação. Esses sujeitos são oriundos de uma classe social que os oportunizou o acesso a uma educação privilegiada. Por trás desse movimento podemos evidenciar a inferência do capital e sua força dentro do sistema capitalista instaurado nessa sociedade.

Os deltas são representados pelos gcms que possuem nível de escolaridade superior ou em formação que agregaram valores através da experiências do dia a dia, enriquecendo seu currículo educacional pautado em reflexões que interligam conhecimentos teóricos e práticas de atuação da área.

O Entrevistado D interpela sobre os procedimentos da guarda da seguinte forma:

Muitas vezes não há aplicabilidade no tocante as leis, tendo em vista que as instituiçõesbseguem algumas disposicoes de ordem “política”, que obstem direitos. Consequente a isso, o profissional se desmotiva a acionar os setores que deveriam tomar providencias ou a justiça, temendo retaliações no ambiente de trabalho... Vagarosamente a Guarda está se modificando e esse movimento é contínuo, porem demanda tempo... Vislumbro uma Guarda com um perfil social mais atuante e menos repressor, atravez de projetos de consentização da

população, para isso faz se necessario uma unificação da categoria, valorizando cada individuo dela participante (*sic.*).

O entrevistado D expressa em sua fala uma vocabulário rebuscado e o engajamento das palavras de forma reflexiva, entendendo as deficiências pertinentes as demandas de serviço, no entanto percebe também o momento de mudança pelo qual a guarda está trilhando novas perspectivas de trabalho e projeta uma nova figura da GCM perante a sociedade.

Esses sujeitos conseguiram transformar ocorrências corriqueiras em bases que alicerçam um plano de gerenciamento de crises, prevendo com isso situações posteriores e dando a elas possibilidades reais de resoluções baseadas em experiências anteriores. A esse movimento atrelamos o poder da contextualização que consegue entrelaçar os conhecimentos adquiridos através da educação formal e as experiências do dia a dia. Utilizando o termo cotidiano alguns autores vislumbram esse mesmo olhar onde o ensino de conteúdos é interligado com os fenômenos do dia a dia na perspectiva de uma nova aprendizagem significativa (Delizoicov; Angotti e Pernambuco, 2002; Santos e Mortimer, 1999).

Os delta trazem consigo um discurso oral e discurso escrito muito coerente, explanado através de linguagem clara e objetiva, conceituar e exemplificar assuntos pertinentes a sua profissão. Esses profissionais agregam valor a instituição e não têm receio de compartilhar seus conhecimentos, no entanto alguns deles não conseguem oportunidades nas esferas administrativas e por isso muitas idéias se perdem no caminho.

Nesse momento percebi que algo faltava para dar embasamentos a esses discursos. Então decidi ir atrás dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos para os guardas.

4.2 Observando os cursos ofertados para os GCMs

Buscando maiores informações sobre os cursos ofertados aos gcms a autora se colocou no local de participante e observador de três cursos que foram destinados a aprofundamento na área dos direitos humanos. Esses cursos tinham limites de vagas e eram indicados principalmente aos guardas que atuam em grupos ou possuíam inclinação para tais áreas.

Solicitamos aos superiores da instituição minha participação com o intuito de dar vazão ao corpo da minha pesquisa e eles por sua vez abriram as portas para minha iniciativa na intenção de futuros dividendos que auxiliam a própria instituição.

Classificamos esse tipo de formação continuada primordial para um processo de reciclagem de saberes essenciais para a execução das funções pertinentes ao trabalho e como

disse Assmann (1998, p. 35- 36), “vida é, essencialmente, aprender... e estar vivo é um sinônimo de estar agindo como aprendente.”

Observamos que o número de vagas é muito pequeno mediante o percentual do corpo de integrantes da guarda e que esses curso ainda não estão sendo utilizados para perpetuação do conhecimento com os demais guardas que não tiveram oportunidade de participação.

Os gráficos a seguir mostram uma deficiência no sistema comunicacional interno da guarda e principalmente com relação aos informes sobre ofertas de cursos. Dentre os entrevistados mais de 71% disseram não receber comunicados formais sobre demandas de serviço e mais de 67% não ficam sabendo dos cursos ofertados pela instituição.

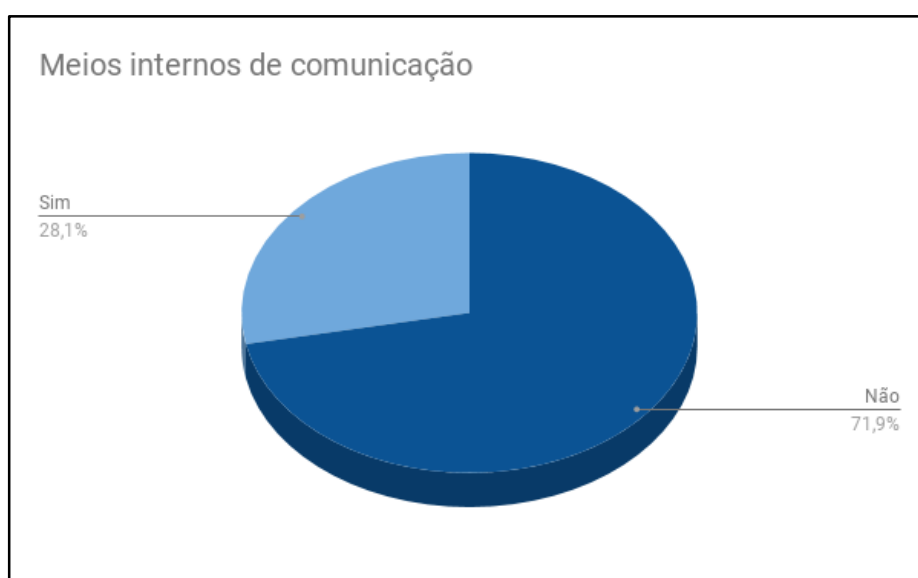


Gráfico 14

Fonte: pesquisa de campo



Gráfico 15

Fonte: pesquisa de campo

Acredito que a disseminação desses cursos em pequenos módulos, com linguagem mais simples e direta, poderia surtir um maior retorno nas práticas diárias do trabalho. Para que se isso aconteça se faria necessária uma rede de comunicação mais abrangente e uma destinação de recurso para viabilizar esse acesso a todos e com isso teríamos profissionais mais bem preparados e aptos a assumir quaisquer postos mediante a necessidade de serviço.

Hoje na guarda de João Pessoa instaurou-se uma posição separatista entre guardas que atuam em postos fixos e guardas que atuam em grupos. Essas posições aumentam um fosso entre os guardas e geram contendas que acabam por desencadear hostilidades que atrapalham a otimização das funções inerentes a cada guarda nas demandas diárias de serviço.

Para essa observação frequentei presencialmente os cursos de mediação de conflitos e da ronda maria da penha. Já na modalidade ead participei do curso sobre violência contra a mulher. Os referentes cursos traziam em seus conteúdos inferências aos direitos humanos.

4.1.1. Cursos presenciais

Nesse momento analisaremos de forma distinta dois cursos oferecidos a guarda municipal de João Pessoa. O primeiro curso trata-se do curso de mediação de conflitos ofertado pelo Ministério dos direitos humanos à funcionários públicos municipais e estaduais das áreas de educação, saúde e segurança pública e teve carga horária de 8 hs, ocorridas em um único dia, nos turnos manhã e tarde, com intervalo para o almoço.

A metodologia utilizada nesse curso foi explanativa e parcialmente unilateral. Após a apresentação das autoridades competentes e dos esclarecimentos sobre a relevância da temática, uma única palestrante começou a destrinchar os aspectos referentes à Declaração dos direitos humanos, dentre eles: sua origem, suas peculiaridades, sua atuação legal e um breve recorte sobre as diversidades e o combate ao preconceito sofrido por minorias em nossa sociedade.

A palestrante usou slides (figura 17) pré fabricados e adaptados com a cor da bandeira da Paraíba, no entanto devido ao espaço de apresentação ser demasiadamente grande ,as projeções ficaram muito pequenas , o que impossibilitava melhor visualização dos ouvintes de algumas áreas do auditório. De mesma forma o áudio dos amplificadores também se perdia em alguns momentos, retirando de cena o transpasse de algumas informações detalhadas de importante relevância para o curso.

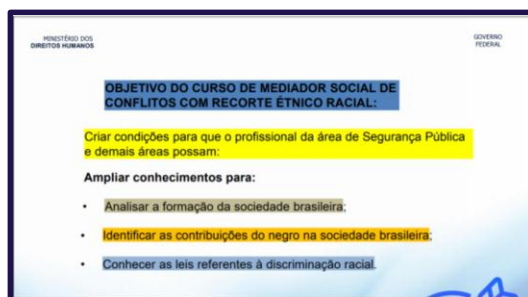


Figura 17: Slide do curso de mediação de conflitos

Objetivos gerais do curso

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Entendemos que o ambiente destinado a aplicação de atividades educacionais deve ser pensado na perspectiva do crescimento interpessoal na busca de experiências significativas, proporcionando aos sujeitos a segurança de pensar por si mesmos, construindo assim a capacidade de raciocinar através da aventura do ensino.

Nesse curso também foram feitas apresentações da banda marcial da prefeitura municipal de João Pessoa, de um grupo folclórico do Sesc, que enalteceram a cultura local e proporcionaram breves momentos de lazer para os participantes. Apenas no turno da tarde a palestrante adentrar na temática de mediação de conflitos e amparada por uma dinâmica fez com que todos os participantes se organizassem em grupos a fim de encenarem situações de conflitos e se utilizassem dos elementos por ela explanados para elucidar os respectivos casos.

A dinâmica trouxe consigo um novo fôlego, tornando a jornada do curso mais branda e agradável. Foi visível o engajamento de todos e a melhor absorção dos conteúdos, a partir do momento em que os ouvintes puderam trazer suas experiências e as entrelaçaram com os conhecimentos adquiridos naquela curso. Zabala implica:

“Dada a diversidade dos alunos, o ensino não pode se limitar a proporcionar sempre o mesmo tipo de ajuda nem intervir da mesma maneira em cada um dos alunos e alunas...não tratar de forma diferente os alunos com menos rendimento; estimular constantemente o progresso pessoal.”

Dessa forma o autor enfatiza a necessidade exploratória da aplicação de novas metodologias de ensino voltadas especificamente ao público alvo, sem pré julgamentos sobre o conhecimento adquirido pelos alunos ao longo de sua vida. Somente investigando o público alvo os cursos alcançaram seus objetivos de perpetuação do conhecimento.

O segundo curso trata-se do curso da Ronda Maria da Penha, fruto de um projeto de parceria entre a Guarda, a Defensoria Pública e a rede de acolhimento das mulheres. Este curso

teve duração de 20 hs e foi separado em módulos de apresentação, divididos em 1 aula por semana, durante 5 semanas.

Cada módulo fora ministrado por um profissional diferente, com competências distintas que exploravam aspectos legais, aspectos históricos, rede de acolhimento e resultados do projeto (figura 18) que já estava em andamento. Este curso foi ofertado para agentes de saúde e de segurança pública da esfera municipal e estadual, tendo em vista que os mesmos tendem a ser os primeiros a atenderem vítimas de violência.



Figura 18: Ação do projeto Ronda Maria da Penha

A gcm Diana em atendimento domiciliar a vítima de violência.

Link: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/sppm-e-guarda-municipal-promovem-capitacao-para-membros-do-programa-ronda-maria-da-penha/img-20180221-wa0006/>

A metodologia utilizada foi a roda conversa, onde um profissional atuava como interlocutor, expondo slides e vídeos, aos mesmo tempo que questionava os participantes sobre os aspectos entendidos por eles, pretendendo com isso garantir uma troca de experiências resultantes na construção de novos conhecimentos.

IERVOLINO; PELICIONI(2001) conceitua a roda de conversa como um processo aberto que enreda perguntas e respostas focadas em uma temática específica na qual os sujeitos são valorizados e incentivados a exporem suas opiniões e seus conhecimentos anteriores sobre o mesmo conteúdo.

Observamos nesse curso um rico conteúdo de informações inerentes ao amparo a vitima de violencia, mas nao pude deixar de notar uma contradição na oralidade de algumas das palestrantes. A temática do curso era a violência contra a mulher e o objetivo deveria ser a denúncia e o amparo a essas vítimas, bem como o entendimento da equidade entre homens e mulheres.

No entanto observei a utilização de nomenclaturas inapropriadas devido ao uso já declarado por convenções sociais e o despreparo do não conhecimento do público que ali estava. não existiu um estudo anterior sobre as competências dos profissionais que ali estavam e por esses motivos percebi o desconforto de alguns participantes, que por sua vez se sentiram subjugados por declarações equivocadas acerca de pré concepções estereotipadas.

Consideramos o conteúdo enriquecedor, mas não notei uma preocupação inerente a adaptação dos discursos para o público ouvinte.

4.1.2 Cursos a distância (EAD)

Os cursos ead são oferecidos pela senasp. A plataforma é autoexplicativa e dividida em compartimentos, tais como: Fóruns, chat, módulo, referências, vídeos, avaliação,...

Auxiliados por um tutor os participantes recebem mensagens externas informando quaisquer atualizações do curso durante sua decorrência e ou a oferta de novos cursos.

No curso de violência contra a mulher foram disponibilizados materiais ilustrados por slides com informações precisas e links para aprofundamento das temáticas. Os fóruns realizados estimulavam debates e novas reflexões, reflexões essas sempre comentadas pelo tutor, dando direcionamentos afim da obtenção dos objetivos do curso.

Todo o curso é desenvolvido na plataforma ead (figura 19) e o processo avaliativo também se dá na mesma plataforma, onde 10 questões de múltiplas escolhas foram expostas. Após a realização de avaliação do aluno são abertas as avaliações sobre a relevância do conteúdo do curso na atividade profissional, o acesso a plataforma ead e a interação e esclarecimentos do tutor. Ao final as notas e certificados são enviados individualmente junto com comentários do tutor sobre a participação do aluno.



Figura 19: Plataforma SENASP
Slide sobre escuta qualificada a vítima de violência
Link: <http://portal.ead.senasp.gov.br/home>

Percebemos nesse curso uma linguagem clara e direta, enaltecendo e incentivando a participação dos alunos com inferências que levavam a reflexão e a construção de novos conhecimentos.

O Ministério da Educação no Decreto-Lei 2494 de 1998 conceitua a educação a distância como “uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de

recursos didáticos sistematicamente organizados[...]”.Sendo assim entendemos essa modalidade como adaptação do espaço e tempo que oportuniza aos sujeitos um ensino de qualidade que se encaixe no mundo corrido e globalizado, respeitando as limitações de cada indivíduo e dá aos mediadores novos desafios de garantirem a supressão das dúvidas e a construção democrática de saberes à distância.

5 CAPÍTULO IV: EXISTEM PARÂMETROS PARA A IMPARCIALIDADE

O interesse por este tema se deu durante a vivência da autora no meio profissional da segurança pública municipal e em paralelo o seu processo de graduação em Pedagogia. O que outrora pareceram situações distintas, tomaram um alinhamento com a transversalidade de conhecimentos e mensurou-se a necessidade de um projeto que abarcasse as duas temáticas, fundamentadas teoricamente, porém com o objetivo claro de aplicação de seus resultados, dando ênfase ao papel do pedagogo como analista de situações onde a educação ultrapassa as paredes da sala de aula.

A violência é percebida em todos os aspectos da sociedade, desde ações, pensamentos ou discursos de ódio. A autora busca o que para muitos se trata de utopia que é o colocar-se no lugar do outro, sentindo e vivendo com suas dores e restrições mediante uma sociedade com distinções tão pungentes entre aqueles detentores de poder e aqueles que lutam para sobreviver.

A busca pelo elo de distorção de conceituação dos direitos humanos é apenas um pontapé inicial para um projeto metodológico que abarque a disseminação desses saberes utilizando de didáticas que driblam o sistema de percepção cognitiva, anulando então a resistência inicial sobre a abordagem da temática. Lenine cantou “rua de passagem” como um alerta aos acidentes de trânsito, no entanto seu conteúdo expressa de forma clara um apelo a efetivação dos direitos humanos:

[...] A cidade é tanto do mendigo quanto do policial, todo mundo tem direito a vida, todo mundo tem direito igual, travesti trabalhador turista solitário família casal, todo mundo tem direito a vida, todo mundo tem direito igual, sem ter medo de na rua, porque a rua é o seu quintal, todo mundo tem direito a vida, todo mundo tem direito igual [...](LENINE,2013)

Esta proposta de pesquisa tem como objetivo de estudo a relação da Educação de Jovens e Adultos e as percepções de metodologias aplicadas no âmbito da segurança pública do município de João Pessoa, voltando-se para questionamentos embasados na Declaração dos Direitos Humanos.

A temática dos direitos humanos foi escolhida por ser amplamente atacada em função de experiências de trabalho, onde os mesmos nutrem um sentimento de revolta e de desamparo em comparação com infratores.

Outras especificações pessoais, históricas e culturais elucidam meu posicionamento na construção desse trabalho. Lembrando que uma pesquisa é delimitada por parâmetros no

entanto a imparcialidade torna-se ineficiente, tendo em vista que o pesquisador possui valores e inferências sociais que alinham os conhecimentos a partir do seu olhar prático.

Santos (2008) aponta um paradigma emergente instaurado na sociedade moderna, onde a pessoa ou pesquisador não é um sujeito isolado, pois carrega consigo o ambiente, a natureza, numa perspectiva holística

5.1 O meu lugar de fala

Ser mãe, solteira, negra, graduanda de pedagogia e guarda municipal da cidade de João pessoa. Nascida em uma família de classe média (categoria contestada devido a mera exposição de status social alicerçado em sacrifícios de uma classe trabalhadora supostamente em ascensão), sendo a mais velha de três irmãos.

Minha mãe terminou o segundo grau (nomenclatura referente ao ensino médio antigamente), trabalhou no comércio e após o nascimento do segundo filho passou a se dedicar exclusivamente a criação dos filhos, bem como aos afazeres domésticos. Meu pai foi graduando de economia na UFPB, mas abandonou o curso para se dedicar ao funcionalismo público, tornando-se único provedor da casa.

Juntamente com meus irmãos tive uma boa base educacional do ensino fundamental na rede privada e posteriormente conhecemos o ensino na rede pública. Apesar de sermos criados no mesmo seio familiar nossas personalidades e anseios no âmbito educacional sempre foram diferenciados.

Minha Irmã caçula terminou o ensino médio e devido a tendências religiosas se colocou à disposição da construção de uma família tradicional, marcada pela submissão do gênero feminino, onde não mais mostrou interesse pelos estudos. Meu irmão do meio passou anos num isolamento social ao qual lhe excluiu de várias oportunidades profissionais e educacionais, no entanto há alguns anos passou a olhar os estudos de uma forma diferente e ingressou no curso de letras clássicas nesta mesma faculdade.

Sempre tive inquietações com relação às estruturas normativas de nossa sociedade, principalmente com relação ao papel da mulher. Por esse motivo me considerava um pouco anormal. Era muito tímida e minha boca não expressava todo o turbilhão de pensamentos que habitavam em meus pensamentos. Com o passar do tempo me entrosar mais com as pessoas e conversava sobre tudo, como uma conselheira repleta de teorias, porém sem nenhuma prática.

Em um determinado período estudei a introdução a psicologia social e passei a observar os acontecimentos ao meu redor e os relacionar com as teorias de alguns autores. Recordo-me

especificamente de Mayers (2012) que fazia uma colocação sobre o efeito pé na porta²⁰ e percebi como nossas pequenas ações mudam o rumo de toda uma história e o quanto devemos refletir sobre as consequências no nosso mundo.

Em meu ensino fundamental passei por escolas particulares com vertentes católicas, onde disciplinas como educação moral e cívica, redação, desenhos geométricos, etc. faziam parte de nosso currículo permanente. Era praticada uma educação tradicional, onde o professor era o centro da sala de aula, único detentor do conhecimento e os alunos eram meros expectadores reprodutivistas. Aprendi como competir e que lugares de destaque eram reflexos dos desejos de nossos pais. Nessa época comecei a ouvir que no futuro deveria cursar direito ou medicina, pois eram as profissões de maior reconhecimento e retorno social.

Através do movimento de construção social alicerçada pela política, economia e educação ofertada pelo estado podemos observar o exercício do poder sobre uma população. A hegemonia é impossível sem unidade teoria/ação, ela só se dá com a plena consciência teórica e cultural da própria ação, essa consciência torna a ação coerente, superando a imediatez empírica (GRAMSCI, 1981, p. 20-1). Sendo assim aqueles indivíduos que conseguem estabelecer um conhecimento crítico mediante o processo de exploração sofrido incentivam a educação de seus filhos, no entanto visam cargos de ascensão social, desprezando outras áreas de estudo.

Nesse período passei por mudanças de estados o que interferiu diretamente na minha construção cultural. As escolas que frequentei valorizavam a cultura local e visitas orientadas à parques, teatros e museus. Devo a elas meu gosto por artes e história, além da valorização de espaços que agregam um valor real a histórias lidas apenas em livros.

Por motivos financeiros cursei o científico²¹ em rede pública de ensino. O primeiro ano foi desastroso, pois estava muito avançada e parecia-me que estava fazendo uma revisão da 8ª. Sai de uma escola pública do bairro e fiz uma prova para ingresso no Estadual da Prata, escola pública de renome em Campina Grande. Nesta escola partilhei de realidades diversas dos meus colegas de classe, vários vindos do interior e que estimavam demasiado valor a educação pois se sentiam privilegiados tendo em vista que seus pais não tiveram acesso a educação. Maus hábitos como gazar e filar²² me foram ensinados. Nesses anos éramos muito cobrados pois

²⁰ Mayers (2012) entende o efeito pé na porta como uma primeira abertura que sujeito permite em situações sociais que desencadeia uma série de fatos que o mesmo não tem mais controle.

²¹ nomenclatura utilizada antigamente para designar o atual ensino médio.

²² gírias. Filar: Roubar, pegar um pouco sem avisar, pegar sem permissão. Surrupiar. Nesse caso remete ao compartilhar informações de trabalhos que deveriam ser individuais. <https://www.dicionarioinformal.com.br/filar/>; Gazar: Faltar propositalmente a aula. Matar aula, cabular aula. <https://www.dicionarioinformal.com.br/gazar/>

estávamos às portas da faculdade e nos era exigido uma decisão profissional que direcionaria nossas vidas, no entanto não estávamos preparados para tal decisão.

Ao término do ensino médio, em 1999, fiz meu primeiro vestibular para medicina que era o curso que meus pais escolheram por mim. Ainda bem que não passei e pude respirar um pouco. Fui trabalhar e passei a seguir meus próprios sonhos.

Quando alcancei a maioridade me vi numa posição de redenção, saindo de um ambiente repressor altamente patriarcal e machista. Fui morar sozinha, quebrando todos os protocolos familiares de que uma mulher solteira não pode morar só. Ingressei pela primeira vez no ensino superior, através do vestibular entrei no curso de comunicação social- relações públicas na UFPB no ano de 2002. Parecia-me um bom curso, onde poderia trabalhar minha timidez. Identifiquei-me com as disciplinas de fotografia, estruturas de cerimoniais, crítica teatral, entre outras. No entanto estava numa fase da minha vida de quebra de amarras, precisava de liberdade e a estrutura tradicional das aulas não pertenciam a minha realidade naquele momento. Não hesitei em abandonar o curso no 6º período.

Hoje observo que os meios que poderiam auxiliar na permanência e conclusão de um curso superior são irrisórios. Os mecanismos de auxílio estudantil e ou estágios de aperfeiçoamento na área são repletos de pré requisitos contraditórios com a realidade dos alunos. Vejo um mercado capitalista sedento de mão de obra e uma parte considerável da população lutando para sobreviver, sendo assim o estudar vira mera vocação em um sonho e a realidade é que muitos precisam trabalhar para auxiliarem na renda familiar, em jornadas tão exaustivas que o único tempo que sobra é para dormir.

No ano de 2008 minha vida mudou radicalmente. Após passar por inúmeras turbulências emocionais e financeiras, me encontra sem um objetivo de vida. Então a descoberta de uma gravidez inesperada, todavia deveras sonhada me colocou no momento mais reflexivo da minha vida. Desempregada, fazia trabalhos esporádicos que me rendiam algum dinheiro, mas não parava de pensar como seria o futuro dessa criança e por esse motivo passei a estudar para concursos, visando a estabilidade.

Em 2010 passei para um concurso temporário no IBGE. Em 2012 fiz um novo concurso e fui aprovada, porém só fui nomeada em 2014. Neste mesmo período resolvi testar ENEM, já que o processo avaliativo foi modificado da época que houvera feito vestibular a primeira vez. Obtive uma média razoável e pela primeira vez fui ler as ementas dos cursos e me interessei pela de pedagogia. Em uma das primeiras aulas ouvi um professor declamar Dom Casmurro e me sensibilizei com todo o amor e dedicação que falou de sua profissão, mesmo recoberta de

atribuições e desvalorizações salariais fortalecidas numa cultura que não valoriza a educação. Naquele momento entendi que aquele era o curso que preencher minhas lacunas.

Dessa forma caí de paraquedas em duas profissões distintas e outrora dizia que era obra do acaso. Algumas pessoas me questionam sobre qual a combinação entre guarda e pedagogia, ou ainda pior menosprezam o curso dizendo que sou muito inteligente e que ser professor não dá futuro, eis minha resposta: - Possuo dois campos de trabalho e dois campos de estudo.

A guarda é uma vitória na minha vida, um degrau numa escala ascendente e mesmo com todos os defeitos é de onde eu retiro o sustento da minha família. O curso de pedagogia mudou minha visão não só com relação a criação do meu filho, mas principalmente pela valorização desta profissão que investiga, avalia e capacita pessoas num paradigma educacional que resulta num prisma para uma evolução nos demais campos da vida. Aprendi que uma prova não mede conhecimento de ninguém e que reflexões são válidas quando podemos observar os vários lados de uma mesma circunstância, a fim de sairmos do campo do achismo e pautamos nossos conhecimentos em processos investigativos, pautados em resultados reais.

Quando comecei a pensar sobre o meu trabalho de conclusão de curso entendi que ele deveria mostrar quem eu sou e o que me tornei ao longo do curso. Percebi também que meu curso não se restringe às paredes da sala de aula, seguindo esse raciocínio decidi unificar minhas duas realidades e fazer algo que impulsiona-se minha vida profissional. Decidi então fazer um projeto metodológico voltado aos guardas desta capital, dando voz ao público alvo, respeitando suas especificidades e seus anseios.

Para realização desse projeto precisaria estudar a fundo a história da guarda, suas funções e suas peculiaridades. Precisaria também de orientações metodológicas sobre quais mecanismos seriam relevantes na construção desse histórico educacional de uma classe de trabalho específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2018 dei início a pesquisa para escrever uma trajetória histórica pautada em documentos, relatos e experiências. Entrelacei três técnicas de pesquisa: escrita, gravada e observatório. Como tinha que dar um foco delimitado a pesquisa, optei por cursos voltados há aspectos legais inerentes a profissão de segurança pública e para delimitar ainda mais, explorei a declaração universal dos direitos humanos, pois me parecia a lei mais contraditória mediante as falas e vivências dos guardas. Com essa pesquisa explanei melhor os anseios, revoltas e sentimentos dos sujeitos por trás da farda. Fiz uma interseção entre as experiências retiradas de suas vivências e seus diversificados graus de escolaridade. Deparei-me com belas palavras parecidas retiradas de livros, outras sem o menor sentido e outras falavam tudo em palavras sucintas.

Dentre as diversas alicerces observei uma convergência no que diz respeito aos anseios dos indivíduos pesquisados. Observei de forma geral a obtenção da ordem pública como pilar principal da atuação profissional dos guardas, todavia esses sujeitos também sofrem por inferências legais que desconsideram as tensões inerentes da atuação dos guardas.

Esses por sua vez são desconsiderados como cidadãos e os atos errôneos de membros que não são orientados pela instituição fazem com que uma parte da população crie um estereótipo negativo da instituição, dessa forma esses profissionais são julgados sem direito a defesa.

Trago aqui uma breve reflexão: Andando pelas ruas, dirigindo uma viatura, observo o espanto das pessoas por me verem como agente de segurança, mulher, dirigindo, oh que absurdo. Do outro lado observo crianças encantadas, acenando e dizendo aos pais que querem ser polícia quando crescerem. Observando meu retrovisor observo um olhar de repulsa por algumas pessoas que deflagram palavras de baixo escalão que ofendem a minha pessoa, através de atos hostis incumbem a mim um papel de repressora, que mediante a minha profissão é cabível legalmente o recolhimento e instauração de inquérito, no entanto eu ignoro.

O ódio a democracia é pertinente numa sociedade por muitas vezes suprida de seus direitos pela falta de conhecimento e principalmente a falta ao acesso a uma escolarização de qualidade que deveria formar indivíduos críticos, capazes de se reconhecerem com peças importantes das engrenagens que compõem uma máquina social muito maior do que do que o modelo mecanicista e reprodutivista que cria apenas trabalhadores para um mercado que maquia a exploração de uma classe menos abastada com benefícios que só visam o lucro e não

oportunizam a esse mesmo trabalhador uma real ascensão econômica que garanta uma mudança no seu papel na sociedade.

A ignorância se torna um ato de violência quando subtrai conhecimentos anteriores e se utiliza da opressão para impor suas vontades às classes subjugadas inferiores. Acredito que consegui extrair um rico material a ser contemplado no corpo do meu tcc e que servirá de alicerce para construção de um projeto metodológico em meu mestrado. Este breve memorial retira dos meus ombros o peso do julgamento de um mero observador, colocando-me na posição de sujeito participante da espera da pesquisa.

Finalizo minhas considerações apresentando questionamentos sobre como melhorar o processo comunicativo interno e externo da Guarda e como construir novas metodologias de cursos de capacitação que abarquem todos os sujeitos da instituição.

REFERÊNCIAS

- ADORNO**, Theodor, Wolfgang Leo. Educação e Emancipação. 4 ed. São Paulo: paz e terra, 2006, 190p.
- APPAY**, B. Précarisation Sociale, Travail et Santé. Paris: Iresco, 1997
- ARENDT**, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: Entre o passado e o futuro. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ASSMANN**, H. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BASOMBRÍO**, C. Educación y ciudadanía: la educación para los derechos humanos en América Latina. Perú: Ceaal; IDL; Tarea, 1992.
- BIZAWU**, Kiwonghi. Direitos Humanos e Segunda Guerra Mundial. Revista Dom Total. 2015. disponível em: <https://domtotal.com/noticia/857933/2016/09/direitos-humanos-e-segunda-guerra-mundial/> acesso em 28 de abril de 2019.
- BOURDIEU**, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRETAS**, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. Tempo Social, Revista de sociologia da USP. v.9, maio, 1997
- CERQUEIRA**, Carlos Magno Nazareth. Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre a segurança pública. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, n. 22, p. 139-181, abr./jun. 1998
- COMPARATO**, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CONSTITUIÇÃO, BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal**, 1988. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/188546065/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em 20 de junho de 2018.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 12 de fevereiro de 2018
- DELGADO**, Maurício Godinho. Curso de Direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2006
- DELIZOICOV**, D.; **ANGOTTI**, J.A. e **PERNAMBUCO**, M.M.E. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002
- Dicio**. disponível em: <https://www.dicio.com.br/erario/>. acesso em 22 de 05 de maio de 2019.
- Significados**. disponível em: <https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa/> acesso em 15 de janeiro de 2019
- DINO**. Enfermeira obstétrica brasileira ganha prêmio internacional. maio, 2019. disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/enfermeira-obstetrica-brasileira-ganha-premio-internacional,f8860217a9d4c3782632cfaee649448cprr5y7dc.html> acesso em 28 de abril de 2019.
- 9 de nov de 2016
- FREIRE**, Paulo. Pedagogia do oprimido. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981
- FREIRE**, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 1992.
- GOHN**, M. Saber popular e saber científico. Trabalho apresentado na 15ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, set. 1992.
- GRAMSCI**, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1981.
- GUNTHER**, I. A. Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2,

GUNTHER, Hartmut. Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. disponível em : <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf> acesso em 15 de janeiro de 2019.

IERVOLINO, S. A.; **PELICIONI**, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Revista Escola de Enfermagem. USP, v. 35, n. 2, p.115-21, jun. 2001.

JOÃO PESSOA. Luciano Cartaxo lança Ronda Maria da Penha e garante mais segurança à mulheres vítimas de violência. 2017. Disponível em:

<http://www.joaopessoa.pb.org/luciano-cartaxo-lanca-ronda-maria-da-penha-e-garante-mais-seguranca-mulheres-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

KLUGER, Ruth. Paisagens da Memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto. São Paulo. Editora 34,2005

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. Revista Brasileira de Ciências sociais,n. 2, vol. 1, out, 1986

LE BOTERF, G. De la compétence - essai sur un attracteur étrange. In: **Les éditions d'organisations**. Paris: Quatrième Tirage, 1995.

LUSA.Portugal tem "desafios importantes" em direitos humanos, diz alta comissária da ONU.Contacto, maio,2019. disponível em: <https://www.wort.lu/pt/portugal/portugal-tem-desafios-importantes-em-direitos-humanos-diz-.alta-comiss-ria-da-onu-5cc767fbda2cc1784e3431ca>. acesso em 28 de abril de 2019.

MACHADO, Emerson. **Emerson defende pena de morte e fim dos direitos humanos**.disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=Pu6FQ4mlxs4>, visualizado em 22 de 04 de 2019

MAGENDZO, Abraham. Educación en Derechos Humanos: un desafío para los docente de hoy. Santiago: LOW Ediciones, 2006.

MAYERS, David G.Psicologia Social. Tradução: Daniel Bueno, Maria Cristina Monteiro e Roberto Cataldo Costa. 10º ed. São Paulo: AMGH editora LTDA, 2014.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária, autogestão e educação popular. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB,2004.

MONTEIRO, José Lemos. Para compreender Labov. Petrópolis: Vozes, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. A Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos,1998

PCCR. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/pb/joao-pessoa/lei-complementar/2011/7/66/lei-complementar-n-66-11-dispoe-sobre-o-plano-de-cargo-e-carreira-e-remuneracao-da-superintendencia-da-guarda-civil-municipal-sugam-e-da-outras-providencias>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018

RANCIÈRE, Jacques.O ódio a Democracia.Tradução Mariana Echalar. 1º ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014

Revista Consultor Jurídico, 12 de agosto de 2014. disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-12/lei-permite-porte-arma-fogo-guarda-municipal> acesso em 19 de dezembro de 2018.

SADER, Elmir.Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In SILVEIRA, Rosa Maria Godoy etal. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Fundamentos teórico-metodológicos**.ed. universitária. João Pessoa, 2007.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 1

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**.5ª edição-São Paulo: Cortez,2008

SANTOS, W.L.P. e MORTIMER, E.F. Concepções de professores sobre contextualização social do ensino de química e ciências. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 22, 1999. Anais... Poços de Caldas: Sociedade Brasileira de Química, 1999.

SOUZA, Regina Célia de. Atitude, preconceito e estereótipo. 2011. disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/atitude-preconceito-estereotipo.htm>, visualizado em 22 de 04 de 2019

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TORRINHA, Francisco, Dicionário latino-português, 3ª ed. Porto, Marânus, 1945.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Rio de janeiro, dezembro de 2002. Disponível em <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fArtigoCoppead.pdf>. Visualizado em 07 de fevereiro de 2019.

VEJA. ONU condena uso excessivo de força contra manifestantes venezuelanos. maio, 2019. disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/onu-condena-uso-excessivo-de-forca-contr-manifestantes-venezuelanos> acesso em 28 de abril de 2019

APÊNDICES

**APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2016 e Nº 510/2016, MS.**

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa, é sobre Construção do conhecimento ,através da interseção da escolarização tradicional e o conhecimento ao longo da vida, está sendo desenvolvida por Karla Cristianne Rodrigues Nunes, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Rebuá.

O objetivo deste estudo, é identificar os processos de construção do conhecimento através dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida dos guardas municipais de João Pessoa, seja por processo formal ou experimental, e através dessa identificação compreender a força das inferências sociais sobre os sujeitos abordados. Com esse estudo vislumbro a formação futura de novas metodologias que considerem as peculiaridades e necessidades desse público alvo, utilizando suas capacidades e habilidades adquiridas no exercício da profissão para obtenção de maior captação dos assuntos ofertados nos cursos de formação continuada.

Solicitamos sua colaboração para o preenchimento deste questionário. Salientamos que ao respondê-lo você está autorizando: uso de suas respostas para fins comparativos. Seus dados serão mantidos em sigilo absoluto, sem divulgação do seu nome, e apenas analisaremos suas práticas que serão utilizadas somente para fins dessa pesquisa acadêmica.. Ou seja, não há nenhum interesse comercial envolvido nesse projeto.

Informamos que essa pesquisa preza por sua integridade física e moral, e foi elaborada com base em princípios éticos, de forma a não os agredir. entretanto, caso se sinta desconfortável e decida não participar do estudo, o resolver em qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou perda. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa desta pesquisa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto o(a) senhor (a) não é obrigado a fornecer as informações e(ou) colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a).

Karla Cristianne Rodrigues Nunes

Termo de consentimento livre e esclarecido

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, _____, _____ de _____.

Assinatura do participante

APÊNDICE 02:Questionário 1

1. Sexo: Masculino(☐) Feminino(☐)
2. Faixa etária: Até 25 anos(☐) De 25 à 35 anos(☐) De 35 à 45 anos(☐)
De 45 à 55 anos(☐) Acima de 55 anos(☐)
3. Formação:Ensino Fundamental I(☐) Ensino Fundamental II(☐) Ensino Médio(☐) Ensino Superior(☐). Curso:_____
4. Tempo de serviço: Até 5 anos(☐) De 5 à 20 anos(☐) De 20 à 30 anos(☐)
Mais de 30 anos(☐)
5. Cargo: GCM(☐) Subinspetor(☐) Inspetor
6. Turno de serviço: Manhã(☐) Noite(☐) 24 horas(☐)
7. Área de atuação: Grupo(☐). Qual:_____ Saúde(☐) Educação(☐)
Outro(☐). Qual _____
8. Recebe auxílio alimentação ou quentinha: Sim(☐) Não(☐)
9. Exerce serviços extraordinários: Sim(☐) Não(☐)
10. Você é formalmente incentivado pela empresa a compartilhar seu conhecimento:
Sim(☐) Não(☐)
11. A Guarda dispõe de instrumentos ou métodos formais de compartilhamento de conhecimento: Sim(☐) Não(☐)
12. Passou por situação de constrangimento ou abuso de poder por superior hierárquico:
Sim(☐) Não(☐) Às vezes(☐)
13. Seu dissídio é respeitado: Sim(☐) Não(☐) Às vezes(☐)
14. Presenciou abuso moral ou sexual em ambiente de trabalho: Sim(☐) Não(☐)
Às vezes(☐)
15. Já foi agredido no exercício da função: Sim(☐) Não(☐) Às vezes(☐)
16. Já utilizou força para conter ação agressiva: Sim(☐) Não(☐) Às vezes(☐)
17. Já utilizou técnicas de imobilização: Sim(☐) Não(☐) Às vezes(☐)
18. Mediou conflito, a fim de evitar trâmites burocráticos desnecessários: Sim(☐) Não(☐)
Às vezes(☐)
19. Conhece as leis estruturantes da Constituição Brasileira: Sim(☐) Não(☐)
Um pouco(☐)
20. Respondeu ou responde processo judicial oriundo do exercício da função: Sim(☐)
Não(☐)
21. Respondeu ou responde processo administrativo: Sim(☐) Não(☐)

- 22.** Reivindicou seus direitos mediante ouvidoria do município: Sim() Não()
- 23.** Reivindicou seus direitos junto ao Ministério Público: Sim() Não()
- 24.** Participa de alguma atividade de gerenciamento de crise (planejamento, gerenciamento, identificação, análise, monitoramento, controle ou comunicação:
Sim() Não()
- 25.** Em poucas linhas expresse sua opinião com relação às leis para agentes de segurança pública:

Agradecemos sua colaboração.

APÊNDICE 03: Questionário 2

1. A guarda municipal ofertou cursos de aprofundamento legislativo: Sim()
Não() Às vezes()
2. A guarda municipal ofertou cursos de aprimoramento das funções: Sim ()
Não() Às vezes()
3. Participou de cursos presenciais ofertados pela instituição: Sim() Não()
Às vezes()
4. Participou de cursos na modalidade ead ofertados gratuitamente pela instituição: Sim(
) Não() Às vezes()
5. Cite os ultimos tres cursos ofertados pela instituição que voce participou ou considera
mais relevante ao exercício da
função:_____
6. Considera o formato desses cursos conseguiram transmitir conhecimentos inerentes a
sua função: Sim() Não() Às vezes()
7. Participou de cursos que englobasse as diretrizes da Declaração dos Direitos Humanos:
Sim() Não() Às vezes()
8. Faça um breve relato sobre o que você compreendeu e tomou como relevante sobre a
declaração dos direitos humanos e o exercício da sua
função:_____